GCF
task force

DESENVOLVENDO UMA NOVA ECONOMIA DE BASE FLORESTAL

Avançando Ação Climática pelos esforços da Força- Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas

Contribuições

Somos gratos aos nossos parceiros de longa data da Iniciativa Internacional Norueguesa para o Clima e Florestas (NICFI) e da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad) por seu contínuo apoio financeiro e parceria com a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF). As informações apresentadas neste documento foram fornecidas principalmente pelos delegados das jurisdições-membros da Força-Tarefa do GCF, juntamente com informações suplementares dos planos estratégicos desenvolvidos pela Força-Tarefa do GCF em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Fontes adicionais estão listadas quando aplicável. Este relatório pretende ser um documento vivo e será atualizado em nossa página da Web à medida que novas informações forem disponibilizadas, incluindo estimativas mais desenvolvidas sobre as necessidades e oportunidades de financiamento. Quaisquer erros ou omissões não são intencionais, mas são de responsabilidade exclusiva da Secretaria da Força-Tarefa do GCF. Atualizações jurisdicionais serão incluídas assim que estiverem disponíveis.

Patrocinado por:

NICFI Norway's International Climate and Forest Initiative

Norad

Com o apoio de:

UCLA School of Law Emmett Institute on Climate Change & the Environment

UCLA Institute of the Environment and Sustainability

University of Colorado Boulder Institute of Behavioral Science

Desenvolvido por:

GCF task force

pro natura sur

Mecanismos de Desarrollo Alternos

fundaciónnatura

YAYASAN BUMI EKA LESTARI

NATURALEZA Y CULTURA INTERNACIONAL

Secretaria Global:

William Boyd, Jason Gray, Martha Gutierrez Fontes, Joan Koyama, Gabriel Penteado, Colleen Scanlan Lyons

Coordenadores de país:

Syahrina Anggraini (Indonésia), Carlos Aragón (Brasil), Silvia Llamas (México), Fabíola Muñoz (Peru) e Bruno Paladines (Equador), com o apoio de Carmen Antelo (Bolívia), Pierre Encinas (Peru) e Lorenzo Vargas (Colômbia)

Mapas das jurisdições

Todos os mapas das jurisdições foram contribuídos pela CTrees, um parceiro da Força-Tarefa do GCF. Esses mapas foram gerados usando a metodologia de última geração da CTrees e possibilitam uma abordagem consistente para avaliar dados e acompanhar o progresso em toda a rede da Força-Tarefa do GCF. Observação: diversos países e jurisdições subnacionais têm seus próprios conjuntos de dados e mapas oficiais que devem ser usados para fins oficiais. A inclusão dos mapas CTrees não implica aprovação de nenhum governo.

ctrees
SEE THE FOREST & THE TREES

A Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas

Nos últimos quinze anos, a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (Força-Tarefa do GCF) surgiu como uma **aliança global singular, entre jurisdições subnacionais** que trabalham para obter soluções duradouras para o desmatamento tropical e as mudanças climáticas. Os governos subnacionais são atores fundamentais para a implementação de grande parte da agenda internacional de políticas climáticas, e a Força-Tarefa do GCF oferece uma plataforma vital para motivar, apoiar, conectar e ampliar os esforços subnacionais nos trópicos.

Atualmente, a Força-Tarefa do GCF é **a maior rede de governos subnacionais voltada para florestas e clima do mundo, com 43 membros de 11 países** que representam mais de um terço das florestas tropicais do mundo. Isso inclui toda a Amazônia brasileira, a grande maioria da Amazônia peruana, mais de 60% das florestas tropicais do México e mais de 60% das florestas da Indonésia. Trabalhamos com **governadores, funcionários públicos, povos indígenas, comunidades locais e outros parceiros fundamentais**, incluindo organizações de conservação, líderes do setor privado e acadêmicos, para reduzir o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa tropicais e, ao mesmo tempo, promover economias de baixo carbono e desenvolvimento sustentável baseado em florestas.

Ao olharmos para os próximos 15 anos de nossa rede, estamos buscando fortalecer nossas parcerias existentes e criar novas parcerias que facilitarão os investimentos tão necessários para apoiar nossas jurisdições, comunidades e parceiros membros a aumentar e expandir seus impactos.

Missão:

Capacitar líderes estaduais e provinciais para implementar programas jurisdicionais inovadores que protejam as florestas tropicais e promovam o desenvolvimento de baixas emissões. Conectamos esses líderes com parceiros e partes interessadas que apoiam esse trabalho - desde atores do setor privado até povos indígenas e líderes comunitários locais. Trabalhamos para desbloquear oportunidades financeiras para apoiar nossos estados e províncias em seu árduo trabalho para proteger as florestas e enfrentar as mudanças climáticas. Acompanhamos o impacto e o desempenho das principais ações estaduais e provinciais para entender como podemos avançar e ampliar as ações para as florestas e o clima.

Origens da Força-Tarefa do GCF

A Força-Tarefa do GCF foi criada a partir da primeira Cúpula Global dos Governadores sobre o Clima realizada pelo Governador Arnold Schwarzenegger em Los Angeles em 2008. Nove governadores do Brasil, da Indonésia e dos Estados Unidos se reuniram na Cúpula para assinar um Memorando de Entendimento, comprometendo-se a colaborar em questões florestais e climáticas. Na primavera seguinte, na cidade brasileira de Belém, no estado do Pará, a Força-Tarefa do GCF foi formalmente lançada com dez membros fundadores: Califórnia, Wisconsin, Illinois (EUA), Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará (Brasil), Aceh e Papua (Indonésia).

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

Secretaria da Força-Tarefa do GCF

A Força-Tarefa do GCF é apoiada por uma Secretaria Global que facilita o trabalho que ocorre em nossos estados-membros e províncias. A Secretaria provê supervisão administrativa, conecta os membros com oportunidades de parceria e auxilia na realização de sua visão estratégica, além de liderar os esforços de captação de recursos para a Força-Tarefa do GCF. A Secretaria está sediada no Instituto de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) e no Instituto Emmett de Mudanças Climáticas e Meio Ambiente da Faculdade de Direito da UCLA, em parceria com o Instituto de Ciências Comportamentais da Universidade do Colorado em Boulder (CU Boulder), juntamente com escritórios de coordenação regional no Brasil, Equador, Indonésia, México e Peru. A UCLA e a CU Boulder oferecem oportunidades de conexão e colaboração em seus diversos departamentos ambientais e de políticas públicas.

Índice

Introdução 3

Bolívia 12
- Pando 14
- Santa Cruz 14
- Tarija 15

Brasil 16
- Acre 19
- Amapá 19
- Amazonas 20
- Maranhão 20
- Mato Grosso 21
- Pará 21
- Rondônia 22
- Roraima 22
- Tocantins 23

Colômbia 24
- Caquetá 24

Costa do Marfim 26
- Bélier 27
- Cavally 27

Equador 31
- Morona Santiago 31
- Pastaza 32
- Zamora Chinchipe 33

Indonésia 34
- Aceh 38
- Kalimantan Central 38
- Kalimantan Oriental 39
- Kalimantan do Norte 40
- Kalimantan Ocidental 40
- Papua 41
- Papua Ocidental 41

México 42
- Campeche 44
- Chiapas 44
- Jalisco 45
- Oaxaca 46
- Quintana Roo 46
- Tabasco 47
- Yucatan 47

Nigéria 48
- Estado de Cross River 49

Peru 52
- Amazonas 55
- Huanuco 55
- Loreto 56
- Madre de Deus 56
- Piura 57
- San Martin 57
- Ucayali 58

Colaboração internacional 60

Agradecimento aos nossos parceiros 64

"A Força-Tarefa do GCF tem sido um fórum fundamental para reunir representantes de governos e grupos indígenas para discutir a importância do gerenciamento sustentável desses recursos naturais dentro e fora das regiões de florestas tropicais, tendo a ciência e os benefícios locais como base para apoiar o entendimento comum"

RAJINDER SAHOTA
diretor executivo adjunto, California Air Resources Board

Foto de arquivo de 25 de novembro de 2019, a rodovia BR-163 se estende entre a Floresta Nacional do Tapajós, à esquerda, e um campo de soja em Belterra, estado do Pará, Brasil. (AP Photo/Leo Correa, Arquivo)

Introdução

Enquanto o mundo se reúne em convenções e cúpulas internacionais sobre o clima para discutir compromissos globais, padrões de mercado e sinalizações financeiras, muitas comunidades do Sul Global - em especial nos estados e províncias com florestas tropicais - viram pouco dessas promessas internacionais se concretizarem. Independentemente de estarmos falando sobre o aumento dos compromissos das cadeias de suprimentos corporativas, promessas de financiamento, trocas de dívida por natureza (nature for debt swaps) ou esforços voluntários do mercado de carbono, a dura realidade é que **os incentivos econômicos que impulsionam o desmatamento das florestas tropicais** - o contínuo desmatamento em larga escala para a pecuária e a agricultura e a extração de petróleo, gás, ouro, madeira, cobalto e outros recursos - **continuam a ameaçar não apenas a vida dessas comunidades, mas também de todo o planeta.**

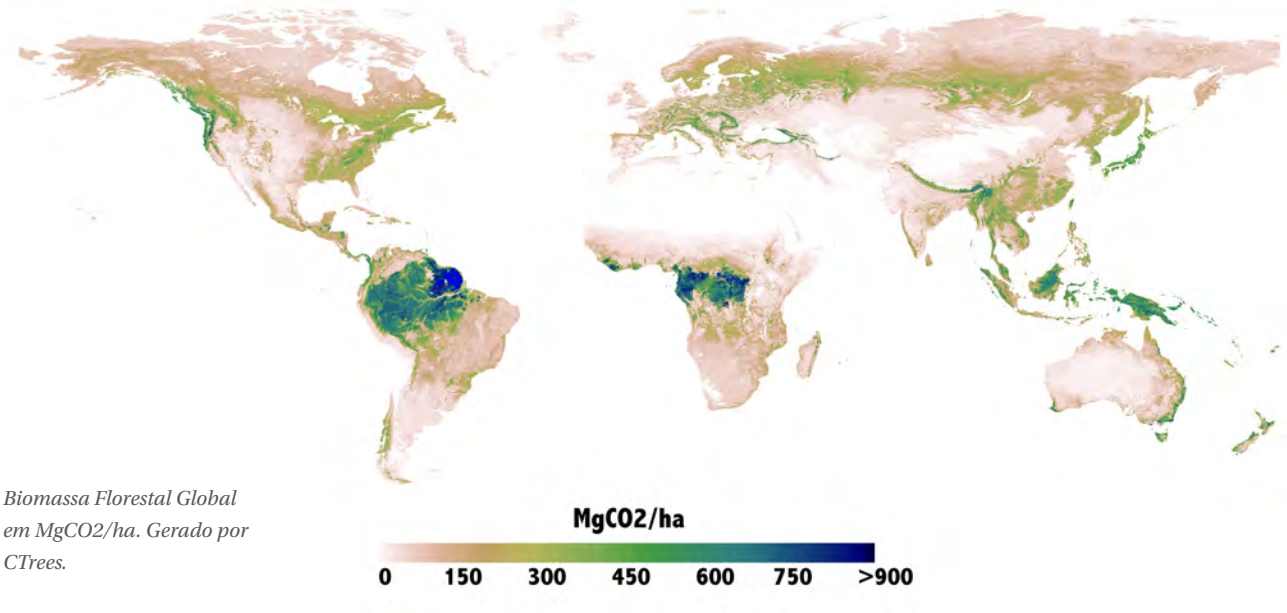
O mais recente relatório Forest Pulse do World Resources Institute (WRI)[1] constatou que os trópicos perderam 10% mais floresta tropical primária em 2022 do que em 2021, apesar dos compromissos assumidos nos níveis internacional, nacional, subnacional e corporativo. O relatório também constatou que as emissões do desmatamento tropical são equivalentes às da Índia anualmente, o que significa que as florestas tropicais estão empatadas como o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. A pressão sobre as florestas está aumentando, mesmo quando elas diminuem, o que significa que precisamos intensificar as intervenções e o financiamento em todos os níveis.

Enquanto o Norte Global se concentra, com razão, em transições justas para os trabalhadores do setor de petróleo e gás e no desenvolvimento de regulamentações, incentivos e políticas para impulsionar o investimento em energia mais limpa, transporte e empregos mais ecológicos, as comunidades do Sul Global não estão vendo o mesmo nível de acompanhamento para oferecer alternativas econômicas sérias ao status quo. **Sem apoio financeiro contínuo e em grande escala, a mudança de uma economia extrativista para uma nova economia florestal mais sustentável nos trópicos continuará sendo apenas uma aspiração, e não uma realização. E as emergências climáticas e de biodiversidade que enfrentamos coletivamente se agravarão**.[2]

Além disso, quando os governos nacionais mudam de gestão, vemos com muita frequência as preocupações políticas e econômicas prevalecerem sobre a agenda climática e florestal, especialmente após eleições con-

1 A análise mais recente sobre florestas globais e perda de cobertura de árvores | Global Forest Review (wri.org)

2 A Avaliação da Declaração Florestal de 2023 enfatiza que os fundos públicos e privados comprometidos para ajudar a combater o desmatamento tropical são atualmente uma fração insignificante do que é necessário e do que é canalizado para outros investimentos globais. Ver Forest Declaration Assessment Partners. (2023). Off track and falling behind: Tracking progress on 2030 forest goals (Acompanhando o progresso das metas florestais para 2030). Climate Focus (coordenador e editor). Acessível em www.forestdeclaration.org.



Biomassa Florestal Global em MgCO2/ha. Gerado por CTrees.

tenciosas. Depender totalmente da ação dos governos nacionais representa um grande risco para o progresso das políticas e da implementação, além de perder oportunidades críticas de intervenção. Os governos subnacionais - incluindo os funcionários públicos que têm o poder de permanência na administração pública - são realmente importantes. De fato, o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) reconhece que a ação dos governos subnacionais e das alianças regionais é fundamental para a implementação das metas do Acordo de Paris e das metas climáticas de forma mais ampla.[3] Além disso, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) observa que "cada vez mais, os atores subnacionais também estão influenciando seus governos nacionais e internacionais por meio de esforços de lobby que os conclamam a adotar metas climáticas mais ambiciosas e fornecer mais apoio aos esforços subnacionais de mitigação de GEE." [4]

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

A vantagem comparativa da liderança de governos subnacionais

A proteção das florestas e a redução em escala das emissões de gases de efeito estufa exigem que abordemos a fragmentação política e jurídica em vários níveis de governança, aumentemos os incentivos e o apoio aos líderes políticos, funcionários públicos e comunidades para que se concentrem em alternativas sustentáveis de uso da terra e das florestas, e desenvolvamos a capacidade institucional dos governos, das comunidades e do setor privado para promover mudanças transformadoras.

Como a maior rede global de governos subnacionais focada na agenda climática e florestal, com 43 membros de governos estaduais e provinciais (abrangendo 11 países) na linha de frente das crises climáticas, econômicas e de biodiversidade enfrentadas por grande parte do Sul Global atualmente, a **Força-Tarefa dos Governadores para as Florestas e o Clima (Força-Tarefa GCF) oferece uma plataforma única e testada para abordar essa desigualdade contínua em escala subnacional.**

3 *Veja, por exemplo*, Sub-national Governments and Regional Alliances Crucial to Implement Paris | UNFCCC (2016).

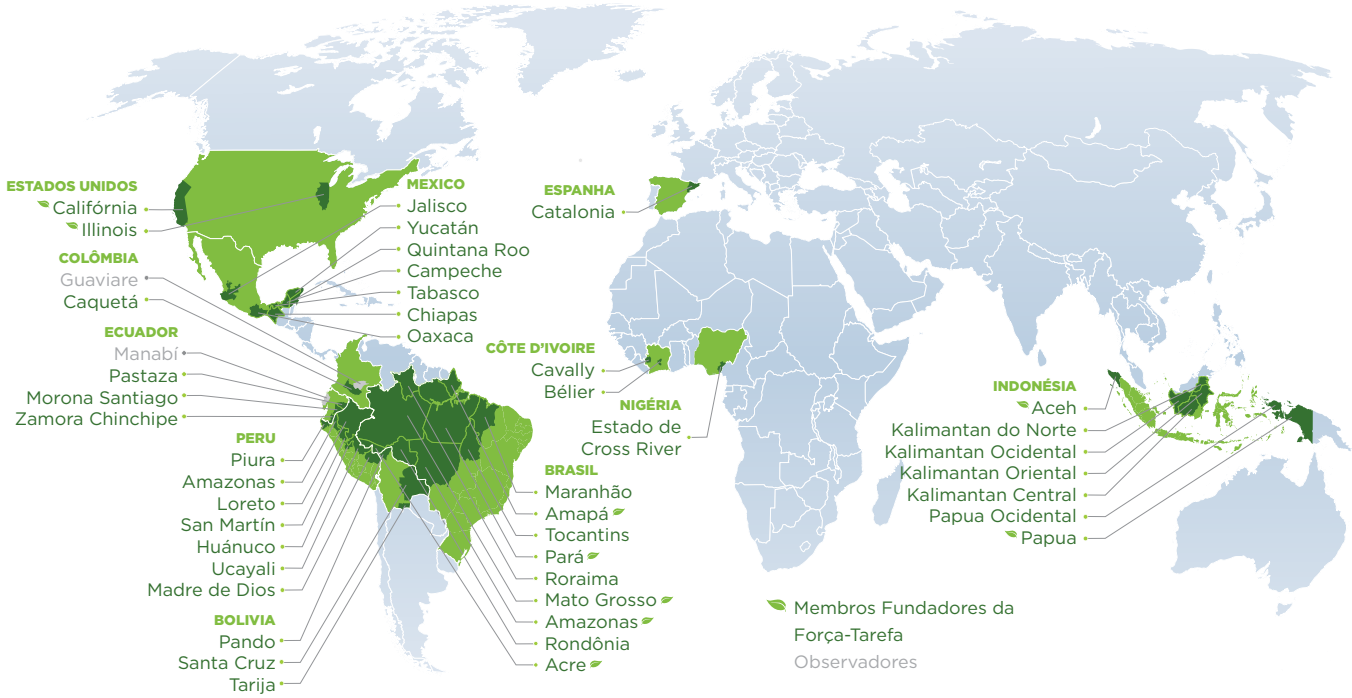
4 *Consulte* Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribuição do Grupo de Trabalho III para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC, 2022. Disponível em IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf.

Trabalhamos em mais de um terço das florestas tropicais do mundo.

Semeamos a unidade e o apoio entre os governadores e suas equipes, e *os mobilizamos para agir em prol da agenda climática e florestal.*

Trabalhamos mais de perto com os *principais parceiros* locais em nossas jurisdições: *povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, sociedade civil e empresas, bem como governos nacionais, instituições multilaterais e internacionais e universidades.*

Além disso, garantimos que essa *plataforma esteja disponível para que novos parceiros e atores se envolvam diretamente* com governos subnacionais e comunidades em nossas jurisdições membros.



Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

Em resumo, **a Força-Tarefa do GCF está presente e atenta às ações dos governos subnacionais em algumas das regiões florestais mais importantes do mundo**, e estamos procurando parceiros para nos ajudar a desenvolver e expandir nossos quinze anos de sucesso.

Como trabalhamos

Como isso acontece na prática:

PESSOAS E COMUNIDADES

Capacitar os governos estaduais e parceiros comunitários para criar novas economias florestais que abordem as causas profundas do desmatamento em estados e províncias com florestas tropicais.

CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Aumentar o acesso e a utilização de tecnologia de ponta e ferramentas de dados para reduzir ao desmatamento, monitorar os impactos, implementar estratégias inovadoras adaptadas ao contexto e apoiar os esforços de gestão de terras.

FINANÇAS, INVESTIMENTO E SETOR PRIVADO

Expandir parcerias subnacionais com empresas, bancos, empresários, filantropia e outras fontes de apoio para aumentar o financiamento climático que apoie atividades integradas de conservação e desenvolvimento florestal.

GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Projetar e implementar leis e políticas para promover novas economias florestais, conservar as florestas, promover e proteger os direitos indígenas e criar condições para investimentos de longo prazo e desenvolvimento sustentável em jurisdições florestais tropicais.

Facilitamos a liderança e o engajamento político:

- Promovendo a participação ativa dos principais líderes governamentais em nível nacional, regional e internacional.
- Promovendo o compartilhamento de experiências entre líderes políticos dos governos, do setor privado, da sociedade civil e das comunidades indígenas e locais.
- Apoiando a coerência nas estratégias climáticas e florestais entre "clusters" estaduais e regionais, como a Amazônia brasileira e peruana, e na Indonésia, para promover a coesão e a solidariedade entre os membros e permitir um melhor alinhamento com os processos nacionais.
- Trabalhando por meio de estratégias como: intercâmbio de conhecimento entre procuradores estaduais sobre modelos de legislação e regulamentações climáticas; apoio especializado para entender a dinâmica emergente do mercado de carbono; implementação e avaliações de direitos indígenas; implementação de princípios orientadores para colaboração e parceria entre governos subnacionais, povos indígenas e comunidades locais; e estudos-piloto de bioeconomia.

Desenvolvemos a capacidade e apoiamos a implementação de políticas:

- Fortalecendo a capacidade dos governadores, secretários de meio ambiente, funcionários públicos e parceiros da sociedade civil para implementar a agenda florestal e climática em seus governos e fora deles.
- Mapeando a capacidade de implementação dos membros da Força-Tarefa do GCF, apoiando o desenvolvimento de planos de investimento jurisdicionais, identificando e avaliando os obstáculos e as oportunidades de implementação em jurisdições individuais.
- Criando oportunidades de aprendizado entre pares e facilitando a assistência técnica por meio de workshops, webinars e estudos de campo direcionados para abordar os principais desafios e sucessos de implementação.
- Promovendo o compromisso dos funcionários públicos com as questões florestais e climáticas dentro e fora de suas jurisdições, contribuindo para a eficácia de políticas e programas relacionados ao tema.

Mobilizamos recursos financeiros:

- Apoiando os estados-membros e províncias, bem como as comunidades, na busca de financiamento e investimentos para programas sustentáveis de uso da terra e de florestas.
- Identificação de lacunas orçamentárias, mapeamento de soluções para destravar recursos de fontes públicas e privadas, busca de parcerias de investimento com atores das cadeias de suprimentos sob mercados emergentes, voluntários e regulados relacionados a REDD+ e conexão de membros com parceiros e processos financeiros.
- Alinhando os estados-membros e as províncias em torno de compromissos para dedicar e entregar uma parte substancial de qualquer mercado de carbono e outros fundos climáticos para apoiar os esforços

Comitê Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais

Inaugurado em 2016, o Comitê Global da Força-Tarefa do GCF sobre Povos Indígenas e Comunidades Locais foi formado para fortalecer as parcerias entre os governos subnacionais e os Povos Indígenas e os líderes comunitários locais. O Comitê Global se reúne regularmente em eventos internacionais sobre clima e florestas, bem como nas regiões da Força-Tarefa do GCF. Ele se alinha em torno de metas comuns de política e defesa e serve como uma plataforma para compartilhar estratégias bem-sucedidas para parcerias eficazes e duradouras entre governos e comunidades. O Comitê Global é formado por representantes dos estados e províncias membros da Força-Tarefa do GCF, líderes indígenas e de comunidades locais de cada região e representantes de organizações globais, como a Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques e a Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica. O Comitê Global implementa planos de trabalho e ações para apoiar os comitês regionais dentro da Força-Tarefa do GCF, promover a implementação dos Princípios Orientadores da Força-Tarefa do GCF e garantir que a voz e a liderança dos Povos Indígenas e das comunidades locais estejam na frente e no centro da Força-Tarefa do GCF. O Comitê Global desenvolveu propostas de financiamento para parceiros interessados em apoiar diretamente seu trabalho.

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

de proteção florestal dos povos indígenas e das comunidades locais.

- Apoiando os estados-membros e as províncias para garantir o fluxo de recursos financeiros para apoiar estratégias sustentáveis de uso da terra e das florestas, promovendo assim uma nova economia florestal baseada em meios de subsistência econômicos sustentáveis, conservação das florestas e mitigação das mudanças climáticas.

Trabalhamos para incorporar os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais (IPLC):

- Facilitando os esforços em jurisdições e regiões para incorporar os direitos, princípios e interesses dos IPLCs nas políticas governamentais de uso sustentável de florestas e terras.
- Fortalecendo os comitês globais e regionais de IPLC compostos por representantes do governo, dos indígenas e das comunidades locais.[5] Consulte a caixa de convocação sobre o Comitê Global.
- Priorizando e mapeando os obstáculos para que os governos incorporem esses direitos
- Avançando com abordagens inovadoras em jurisdições específicas para incorporar e proteger esses direitos
- Promovendo parcerias estratégicas e de aprendizado entre os Estados membros e as províncias com IPLCs
- Promovendo o diálogo entre governos e líderes do IPLC para cultivar o respeito e o entendimento mútuos, contribuindo para políticas e programas inclusivos e eficazes de uso da terra e das florestas.

Em suma, nossa abordagem como rede é promover um processo integrado e colaborativo para tratar de questões críticas relacionadas a clima, florestas e comunidades, maximizando impactos e ações positivas em nossos estados e províncias membros e em suas comunidades.

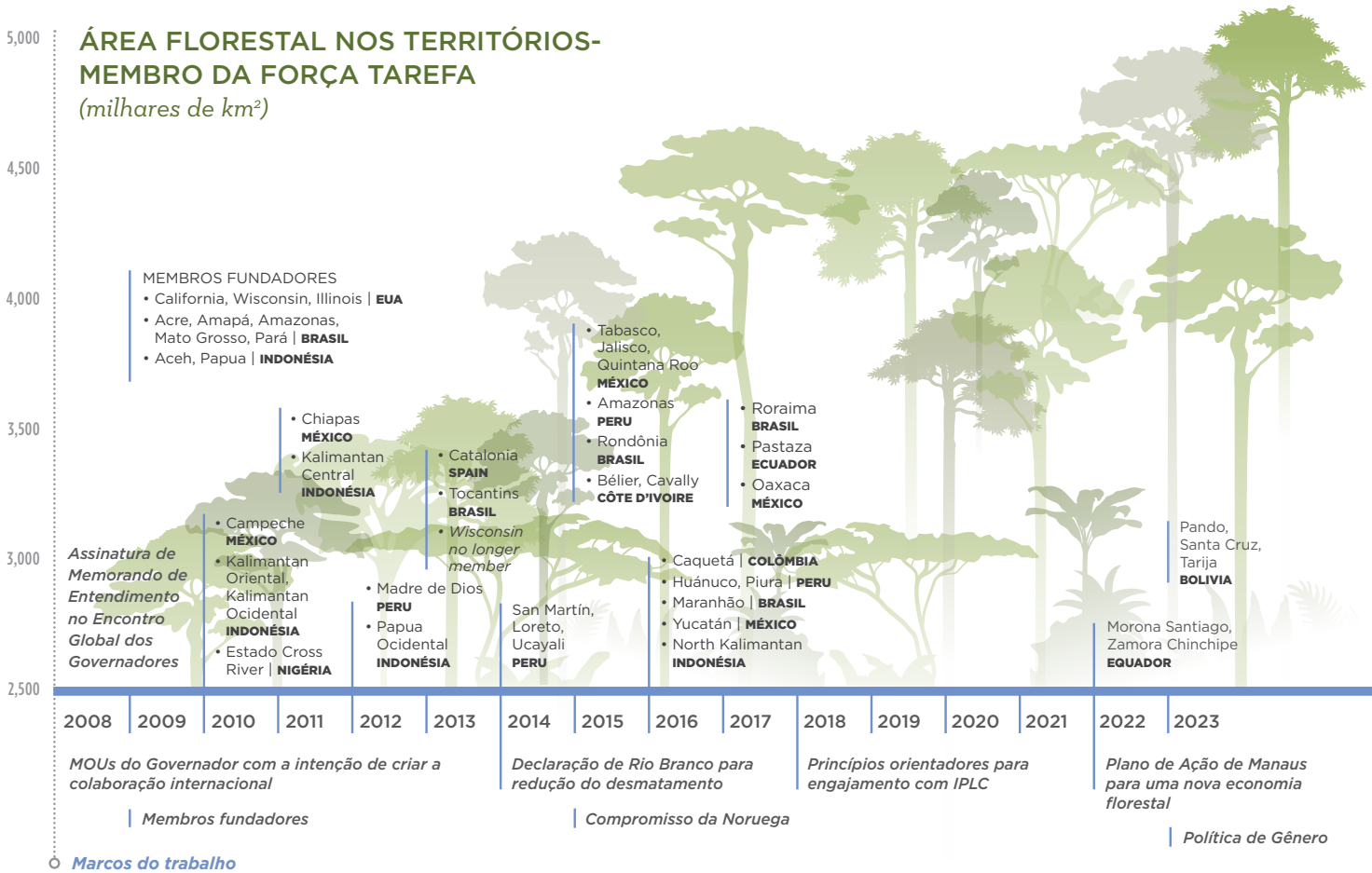
5 *Consulte* Povos Indígenas e Comunidades Locais - Força-Tarefa do GCF (gcftf.org)

Cronograma dos principais compromissos

Em 11 de agosto de 2014, no Acre, Brasil, os governadores da Força-Tarefa do GCF de todo o mundo endossaram a Declaração de Rio Branco, comprometendo-se a reduzir o desmatamento em seus estados e províncias em 80% até 2020, desde que haja financiamento adequado, suficiente e de longo prazo e atrelado ao seu desempenho. Embora nem as metas de financiamento nem as reduções resultantes tenham sido atingidas, a Declaração de Rio Branco preparou o terreno para o alinhamento contínuo de uma estrutura de políticas para essa rede em crescimento. A Declaração de Rio Branco pode ser considerada um primeiro compromisso de garantir uma parceria mais eficaz, e uma parcela substancial dos fundos de pagamento por desempenho, para ser entregue a comunidades que vivem e dependem da floresta, pequenos proprietários e povos indígenas.

Em setembro de 2018, na Cúpula Global de Ação Climática em São Francisco, todos os membros da Força-Tarefa do GCF endossaram os Princípios Orientadores para Colaboração e Parceria entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais. Esse conjunto de 13 princípios foi desenvolvido pelas principais organizações indígenas e apresentado aos governadores para orientar a parceria e a colaboração entre governos subnacionais, povos indígenas e comunidades locais, a fim de avançar em direção à governança e proteção florestal inclusiva e eficaz.

Em março de 2022, todos os membros da Força-Tarefa do GCF criaram e adotaram um guia para atingir nossas metas de médio prazo para o clima, o desenvolvimento e a proteção florestal até 2030, denominada Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal (MAP). Os membros se comprometeram a reduzir o desmatamento tropical em pelo menos 80% até 2030, aumentar os esforços de reflorestamento e adaptação, e aumentar a resiliência das florestas tropicais, com financiamento e apoio suficientes e de longo prazo. Conforme descrito no MAP, nossos esforços para criar uma nova economia florestal: (1) Devem



"Há pouquíssimos locais em que os povos indígenas e os governos estaduais de todo o mundo podem se reunir em uma verdadeira parceria como cocriadores de iniciativas de desenvolvimento econômico sustentável. A Força-Tarefa do GCF é a única plataforma internacional que demonstrou um compromisso ativo com a melhoria e o aumento do envolvimento entre os governos subnacionais e os líderes indígenas"

JAVIER KINNEY

Gerente de Projetos de Carbono, Tribo Yurok

trabalhar, em primeiro lugar, para as pessoas e as comunidades nos estados e províncias da Força-Tarefa do GCF; (2) Devem mobilizar a ciência e a tecnologia, juntamente com o conhecimento tradicional e a sabedoria das pessoas que vivem na floresta; (3) Não podem ser criados sem um apoio financeiro adicional substancial; e (4) A boa governança e as políticas públicas duradouras são a base das estratégias jurisdicionais e dos planos de investimento.

Em fevereiro de 2023, os membros endossaram a Política de Gênero da Força-Tarefa do GCF, intitulada Mulheres pelas Florestas e pelo Clima. Essa política compromete a rede a promover a representação de gênero em todos os níveis e a desenvolver atividades, políticas e práticas específicas para promover a igualdade de gênero.

Apoie-nos

Não podemos nos contentar com nossos sucessos até o momento. **Semear e apoiar a liderança dos governos subnacionais e criar parcerias eficazes para isso é um esforço contínuo e dinâmico.** Nas próximas páginas, você lerá sobre as realidades de nossos estados, províncias e regiões. Você conhecerá as oportunidades e os desafios subnacionais por país, além de ter uma ideia de como trabalhar com jurisdições específicas dos membros da Força-Tarefa do GCF. Mais importante ainda, e como sempre, as perspectivas compartilhadas aqui vêm diretamente dos membros da Força-Tarefa do GCF. **Eles conhecem melhor suas realidades e oportunidades de investimento, e as verdadeiras parcerias que consideram essas realidades são nossa única esperança de enfrentar coletivamente nossa crise climática comum.**

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

Aproveitando o sucesso

Nos últimos 15 anos, construímos com sucesso uma comunidade prática entre governos e administrações, e com comunidades, que elevou a voz e a conexão de jurisdições e parceiros subnacionais no cenário regional e internacional. Promovemos melhorias significativas na capacidade subnacional e nos mandatos em nível estadual e provincial para proteger as florestas e o clima, apoiando diretamente seus esforços e fornecendo:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E APOIO À COORDENAÇÃO

Para as 43 jurisdições

DESENVOLVIMENTO E COESÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- 35 planos de descarbonização e estratégias de investimento em nível subnacional
- Estrutura Comum baseada no Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal

CAPACIDADE DE ARTICULAÇÂO

Diálogo político, networking, envolvimento dos setores público e privado

ALAVANCANDO OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

Mais de US$ 650M mobilizados em editais, empréstimos e pagamentos por resultados desde 2012

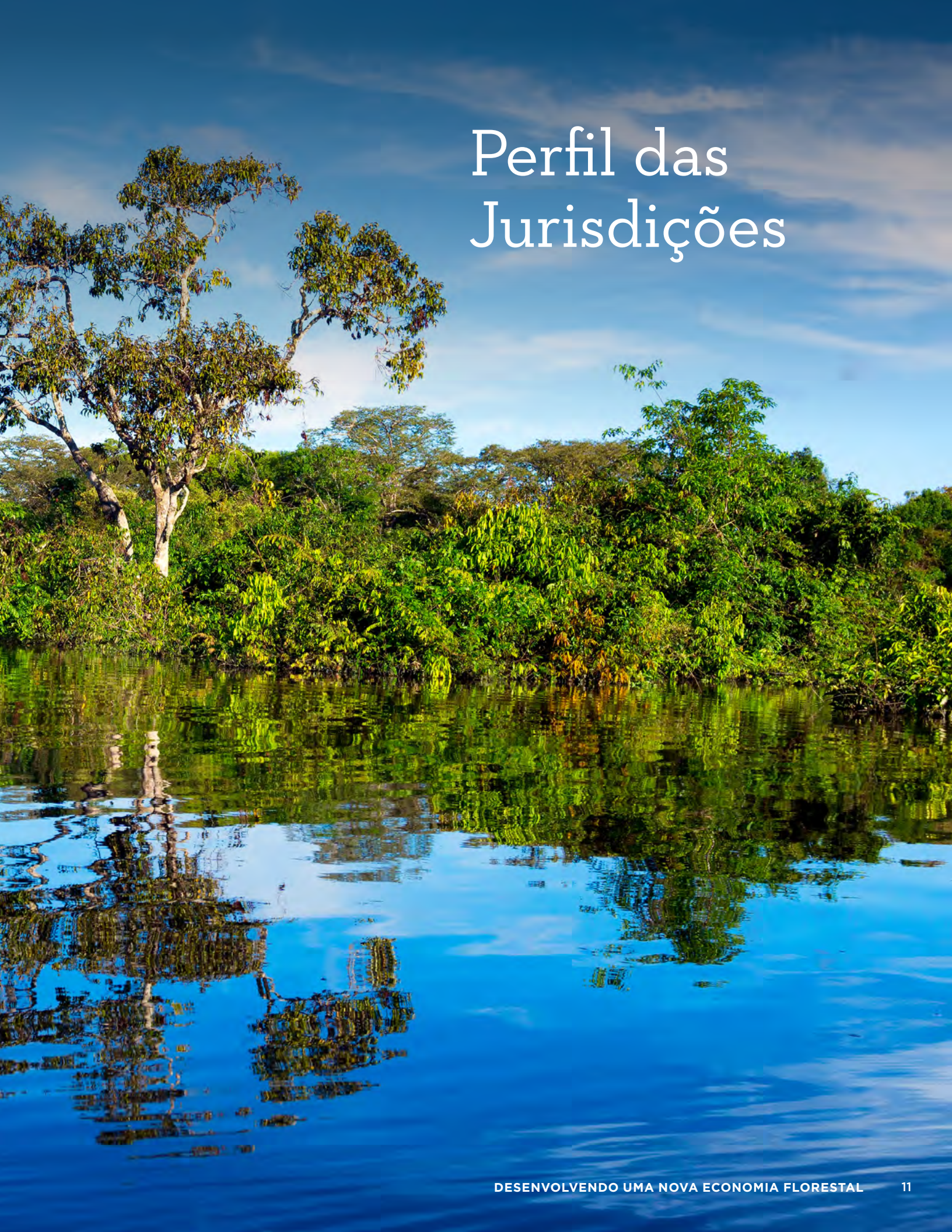
APRENDIZADO COMPARTILHADO

Dúzias de oficinas, reuniões técnicas e intercâmbios regionais por ano

COMPROMISSOS DE PROTEÇÃO FLORESTAL

- Reduzir o desmatamento em ao menos 80% até 2030
- Aumentar área restaurada em regiões tropicais
- Aumentar as ações de adaptação

Perfil das Jurisdições



Bolívia

JURISDIÇÕES:
Pando, Santa Cruz e Tarija

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou para promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- Desmatamento e degradação florestal, principalmente devido à expansão da fronteira agrícola - da pecuária e da soja - especialmente em Tarija.
- Os incêndios florestais em áreas de conservação estão aumentando em número de ocorrências, área e frequência.
- Pressão demográfica e crescimento urbano. Aumento dos assentamentos humanos em áreas florestais e protegidas.
- Os subsídios ao combustível em nível nacional permitem o acesso e o uso de maquinário pesado para limpar as florestas.
- Os baixos preços das castanhas (castanha-do-pará) e as limitações de mercado para outros produtos florestais desestimulam e diminuem o valor da floresta em pé como alternativa econômica para os habitantes de Pando.

Principais oportunidades de financiamento/apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF na Bolívia:

- **Pessoas e comunidades**
  - Desenvolvimento e aprimoramento das cadeias de valor que promovem as florestas em pé como oportunidades para melhorar as condições de vida de seus habitantes. Isso exigiria USD 5.000.000 em uma década para concluir a transição em Pando ou Santa Cruz.
  - Criar os espaços necessários para a participação efetiva dos governos subnacionais e locais, e de suas comunidades indígenas - especialmente as mulheres, nos processos de tomada de decisão relativos a seus territórios. US$ 2.000.000 em um período de 7 anos.
  - Aprimorar as redes locais para promover a segurança alimentar familiar, hortas e fazendas familiares, entre outros. US$ 1.000.000 em um período de 3 anos.

- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - Desenvolvimento da bioeconomia florestal como um mecanismo para valorizar as cadeias de valor baseadas na floresta. US$ 1.000.000 em um período de 7 anos.
  - Aprimorar o Sistema de Informações de Salvaguardas (SIS) no monitoramento do desmatamento e da biodiversidade. US$ 500.000 por ano em um período de 10 anos.
  - Melhoria dos sistemas de irrigação para uso eficiente dos recursos hídricos. US$ 2.000.000 em um período de 10 anos.
  - Coleta de água da chuva e outros sistemas de armazenamento eficientes (promovendo aqueles baseados em ecossistemas). US$ 5.000.000 em um período de 5 anos.
  - Implementar inovações na produção, especialmente para a pecuária (por ex. pecuária regenerativa, desmatamento controlado, agricultura inteligente em relação ao clima e paisagens produtivas protegidas). US$ 2.000.000 em uma década.
- **Finanças, investimento e setor privado**
  - Parcerias público-privadas com produtores que atrelam bônus de financiamento para metas de redução de desmatamento. US$ 1.000.000 em cinco anos.
  - Processos de certificação (rastreabilidade de produtos verdes) e mecanismos de compensação. US$ 1.000.000 em 7 anos.
- **Governo e políticas públicas**
  - Implementação de políticas de conservação e desenvolvimento sustentável: Apoio à formulação e implementação de políticas que promovam a conservação do ecossistema e o desenvolvimento sustentável. US$ 2.000.000 em uma década.
  - Apoio às nações indígenas para que alcancem sua plena autonomia. US$ 5.000.000 em uma década.
  - Fortalecimento institucional por meio da troca de informações sobre boas práticas entre governos subnacionais e regionais. US$ 1.000.000 em 5 anos.
  - Criação de novas áreas subnacionais de conservação, para integração regional e inclusão de governos locais. US$ 4.000.000 em 5 anos.

Principais parcerias na Bolívia:

Em nível internacional, os Departamentos de Pando, Tarija e Santa Cruz são membros da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas e trabalham com outras ONGs internacionais e nacionais, como a Fundación Natura Bolivia, WWF, WCS, Conservation International e Conservación Amazónica, por exemplo.

Pando é membro do Corredor Trinacional de Turismo Amazônico-Andino Peru, Brasil e Bolívia e da Plataforma Interinstitucional de Articulação de Complexos de Fruticultura Amazônica - PICFA, com coordenação público-privada. Santa Cruz e Tarija são membros da Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (Zicosur) e o Departamento de Santa Cruz é membro da campanha global Race To Zero (Corrida para o Zero) para reunir a liderança e o apoio de empresas, cidades, regiões e investidores para uma recuperação saudável, resiliente e com zero emissões de carbono, que previna ameaças futuras, crie empregos decentes e libere o crescimento inclusivo e sustentável.

Pando

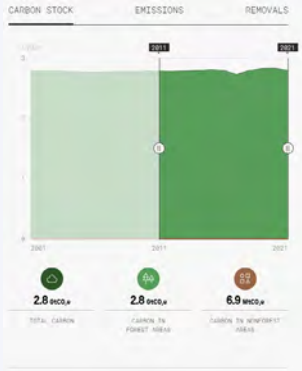
ÁREA TOTAL (KM2)
63,827 Km2 [6]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
6,005,414 [7]

POPULAÇÃO TOTAL
154,400 [6]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
40.5% / 59.5% [7]

MEMBRO DESDE
2023



Mapas gerados em Novembro de 2023. Para informações atualizadas sobre alterações no estoque de carbono e remoções para todas as jurisdições, acesse ctrees.org.

Santa Cruz

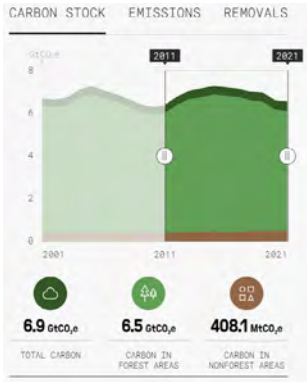
ÁREA TOTAL (KM2)
370,621 Km2 [6]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
26,540,604 [8]

POPULAÇÃO TOTAL
4,000,143 [9]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
44%/ 56% [9]

MEMBRO DESDE
2023



6 Instituto Nacional de Estadística. https://www.ine.gob.bo

7 Secretaria Departamental de Gestão Integral da Terra Mãe; Cobertura Boscosa no GADP (2018). Cobija, Pando; GADP.

8 Secretaría de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible - Dirección de Recursos Naturales; Gobierno Autónomo Departamental de Santa Cruz, Cobertura Boscosa (2018). Santa Cruz de La Sierra, Santa Cruz; GADSC.

9 Instituto Cruceño de Estadísticas; Informaciones Demograficas. Recuperado de https://www.santacruz.gob.bo

Tarija

ÁREA TOTAL (KM2)
37,623 Km2 [6]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
2,012,000 [10]

POPULAÇÃO TOTAL
601,214 [10]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
32.2 %/ 67.8 % [6]

MEMBRO DESDE
2023

"É importante destacar a importância da criação do Comitê Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais dentro da Força-Tarefa do GCF como um espaço para a criação de acordos entre representantes de governos subnacionais e organizações de comunidades locais e povos indígenas"

GUSTAVO SÁNCHEZ
Equipe Executiva do Comitê Global
(Diretor da Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques)

10 Secretaría de Desarrollo Productivo, Recursos Naturales y Medio Ambiente; Cobertura Boscosa (2019). Tarija, Tarija; GADT.

Brasil

JURISDIÇÕES:
Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins

Principais ameaças e desafios para a conservação das florestas e promoção de meios de subsistência sustentáveis e redução da pobreza:

- Os desafios enfrentados pelos governos subnacionais no Brasil estão associados às ações necessárias para transformar o atual modelo de desenvolvimento econômico em um modelo inclusivo que permita superar as demandas de geração de emprego, renda e bem-estar da população local, que seja intensivo e eficaz na valorização dos estoques florestais em pé e que possibilite e incentive o uso e a recuperação de áreas degradadas e a restauração florestal.

- Os principais desafios variam de acordo com cada estado, dependendo de fatores como a estrutura regulatória, a capacidade institucional e a composição da matriz produtiva. A necessidade de adotar ou aprimorar estratégias eficazes de comando e controle para coibir atividades ilegais, com ações coordenadas para promover a regularização fundiária com controle de fronteiras e ações contra o crime organizado. Fortalecer o processo de mudança para uma nova economia florestal - a bioeconomia.

- Embora, em diferentes níveis de governança ambiental, o papel dos estados tenha se mostrado fundamental para atingir as metas de conservação do clima e da biodiversidade, uma abordagem transversal e o envolvimento e a interação com o Governo Nacional e as autoridades municipais são essenciais. A adoção de pactos acordos de cooperaçãoentre os estados e a União, no âmbito do Pacto Federativo. A adoção de pactos e a cooperação entre múltiplos atores também é outra condição, reconhecendo e valorizando as contribuições institucionais das organizações da sociedade civil, do setor acadêmico e do setor privado, minimizando a possibilidade de duplicação de esforços. É essencial criar e fortalecer os vínculos entre o campo e a cidade. Qualquer iniciativa que vise ao desenvolvimento da região em bases sustentáveis não pode ignorar o fato de que quase 70% da população da região está concentrada em áreas urbanas e que a maior densidade de centros de ensino e conhecimento com potencial de inovação está localizada nessas áreas.

Principais Oportunidades de Financiamento/Apoio Necessário para os Estados da Força-Tarefa do GCF no Brasil:

- **Governo e políticas públicas**
  - **Planos estaduais de combate ao desmatamento ilegal (US$ 150 milhões por estado por cinco**

Crédito: Alex Pazuello

Cada vez mais vemos a percepção de que as coisas acontecem em nível local, claro, todas as coisas têm uma dimensão global, mas sem dúvida, os mecanismos que têm maiores laços transformadores são aqueles que estão mais enraizados nos sentimentos da população.

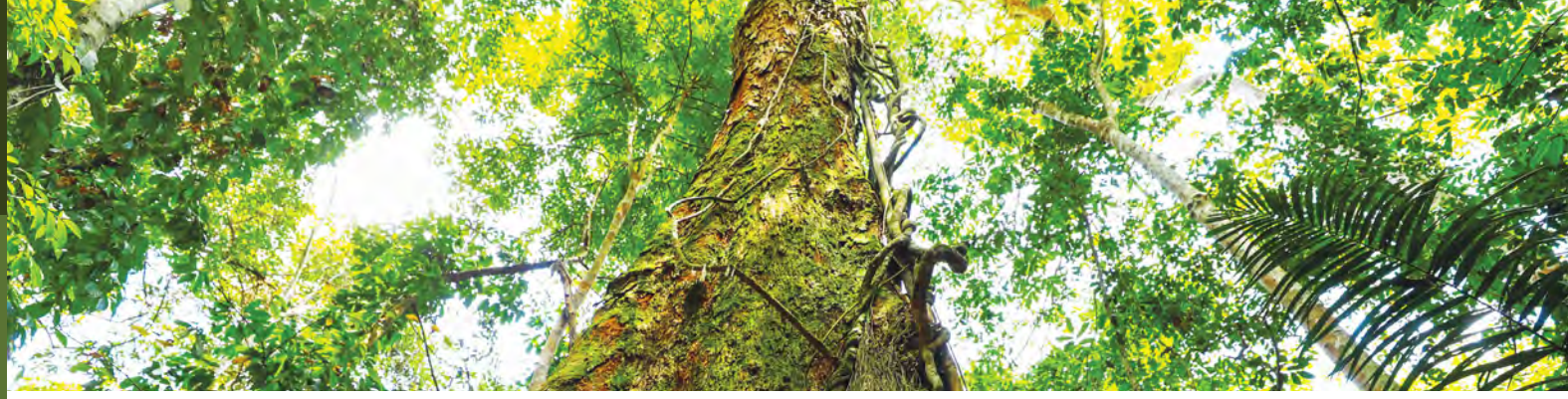
SIMÃO JATENE
ex-governador, Pará, Brasil

anos). Todos os planos estaduais de combate ao desmatamento ilegal e de combate a incêndios florestais consideram investimentos em sistemas de monitoramento, notificação e verificação (MRV), inteligência territorial integrada (considerando procedimentos operacionais, sala de situação e ajuste da base legal) e combate a crimes ambientais (recursos humanos adicionais, equipamentos e infraestrutura). Esses recursos podem alavancar a ação regional sob a coordenação do Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Legalidade.

- **Impulsionar a implementação de políticas públicas integradas (US$ 10 milhões para cada estado em um período de cinco anos).** Vários estados têm programas de desenvolvimento ambiental sustentável, que complementam seus Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento, como o Programa Amazonas Mais Verde, no Amazonas, o Plano Estadual Amazônia Agora, no Pará, e a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir, no Mato Grosso. Em outros estados, o projeto e a implementação dessas iniciativas integradas devem ser realizados.

- **Elaboração, Validação e Implementação de Planos Estaduais para a Recuperação da Vegetação Nativa (US$ 90 milhões em um período de cinco anos).** Com base na recente experiência do Pará na formulação de um Plano Estadual, ainda em fase de consulta pública, busca-se apoiar todos os estados na elaboração, validação e implementação desse plano que representa um instrumento integrador e unificador das diversas intervenções e estratégias e ações governamentais para a recuperação da vegetação. É necessário formular e implementar instrumentos de governança e planejamento, tais como políticas públicas, incentivos financeiros, incentivos de mercado, boas práticas agrícolas e outras medidas necessárias para aumentar a escala das ações de recuperação, visando principalmente às áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente e às áreas degradadas. Esses planos não pretendem ser instrumentos isolados e devem ser vistos e utilizados de forma complementar e necessária para impulsionar a Política Estadual de Mudanças Climáticas, Bioeconomia ou Desenvolvimento de Baixas Emissões.

- **Finanças, investimento e setor privado**
  - **Acesso ao financiamento climático de REDD+ (US$5 milhões por estado em um período de cinco anos).** Os recentes movimentos na estruturação do mercado voluntário de carbono jurisdicional associados ao lançamento da LEAF Coalition e o reconhecimento de padrões para a realização de transações de carbono jurisdicional intensificaram as ações dos governos subnacionais para atender aos requisitos do TREES Standard. Investimentos adicionais são essenciais para completar a qualificação dos estados para acessar o mercado voluntário de carbono jurisdicional de REDD+, com foco em aspectos técnicos e políticos e outros ainda não abordados, relacionados a MRV e auditorias externas. Estima-se que os investimentos feitos até o momento representem um quarto do investimento total necessário, sem considerar que investimentos adicionais devem ser canalizados para reduzir efetivamente o desmatamento e, assim, poder transacionar CREs.
  - **Sistemas de pagamento por serviços ambientais e créditos de biodiversidade (US$ 90 milhões para a região em um período de cinco anos).** Um mecanismo essencial para valorizar as florestas em pé. Embora existam instrumentos de mercado para o pagamento de serviços ambientais ligados a recursos hídricos, os instrumentos associados à manutenção da floresta em pé são insuficientes e se limitam a programas públicos. Em relação aos produtos da biodiversidade sujeitos a políticas de pagamento por serviços ambientais, temos o caso do pirarucu no Amazonas e da borracha no Acre.



Crédito: Arthur Castro

- Conhecimento, tecnologia e inovação
  - **Criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da bioeconomia (US$ 50 milhões por estado, em um período de cinco anos)** para criar ou complementar programas subnacionais integrados em andamento, como o Programa Amazonas Mais Verde, a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir e o Plano Estadual Amazônia Agora e seus componentes. Seu objetivo geral é investir em ações que aumentem a competitividade da região amazônica, reduzam o risco regulatório e outros riscos associados a investimentos, apoiem a estruturação de equipes técnicas nos estados que apoiem a implementação de políticas públicas e a coordenação e implementação intersetorial e interinstitucional.
- Pessoas e Comunidades
  - **O comitê IPLC da Força-Tarefa do GCF no Brasil identificou áreas de financiamento prioritárias e projetos prontos para serem implementados,** incluindo mas não limitados à: desenvolvimento de economias indígenas e mecanismos de produção; planejamento organizacional e capacitação técnica; partilha de conhecimentos sobre estratégias de gestão ambiental e territorial; desenvolvimento de políticas públicas; e – como elemento transversal em cada um destes projetos o desenvolvimento de mecanismos para garantir a equidade de género e a participação dos jovens. Os beneficiários diretos são IPLC de toda a Amazônia brasileira, com organizações de IPLC e o Memorial Chico Mendes como organizações executoras. Isto exigiria USD 35 milhões ao longo de 5 anos.

Parcerias

A Força-Tarefa do GCF no Brasil trabalha em estreita coordenação com parceiros do governo, da sociedade civil organizada e do setor privado, incluindo o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema). Os estados da Força-Tarefa do GCF também criaram o Comitê Regional de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, composto por 8 organizações não governamentais e mais de 10 organizações indígenas e comunidades tradicionais. O Comitê Regional desempenhou um papel essencial ao possibilitar a mobilização de organizações indígenas locais, bem como a participação de líderes estaduais. O Comitê Regional conduz seu trabalho por meio de vários grupos de trabalho técnicos que se concentram em tópicos como qualificação e quantificação da degradação florestal, estruturas legais subnacionais e nacionais. A Força-Tarefa do GCF no Brasil também desenvolveu canais de diálogo permanentes com o Governo Federal e agências de cooperação internacionais.

A Força-Tarefa do GCF no Brasil também conta com parceiros técnicos, incluindo a Embaixada da Noruega em Brasília, IPAM, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Embaixada do Reino Unido em Brasília, The Nature Conservancy, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Earth Innovation Institute - EII, Environmental Defense Fund (EDF), Conservation International, Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), Sitawi Finanças do Bem. USAID Brasil, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Instituto Centro de Vida - ICV e Instituto BVRio, entre outros.

"A rede de cooperação da Força-Tarefa do GCF é fundamental para que os planos de desenvolvimento sustentável sejam, de fato, implementados. Desde a mobilização de financiamento e treinamento até a assistência técnica e operacional, o apoio da Força-Tarefa do GCF acelerou a elaboração e a execução de políticas públicas em países que abrigam florestas tropicais."

JULIE MESSIAS

Secretária de Meio Ambiente e Assuntos Indígenas, Estado do Acre, Brasil

Acre

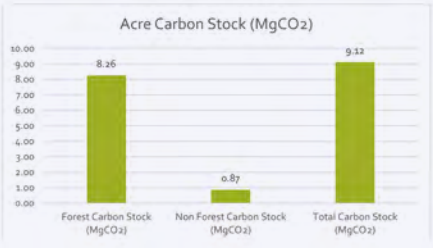
ÁREA DO ESTADO (KM2)
164,173 [11]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
14,018,732.47 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
830,026

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
27.39% / 72.56%

MEMBRO DESDE
2008



Amapá

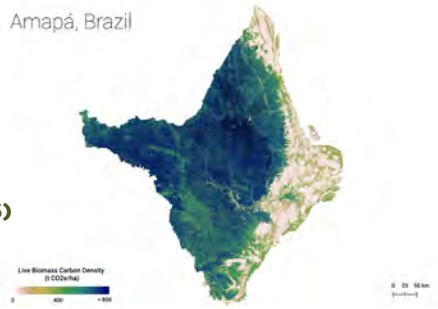
ÁREA DO ESTADO (KM2)
142,471 [11]

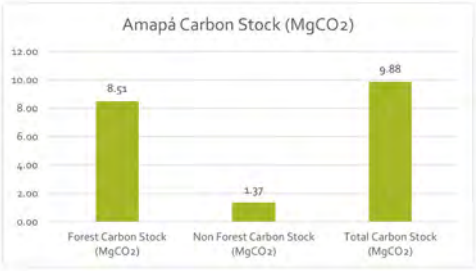
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
11,639,880.7 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
733,508 [13]

RURAL/URBAN POPULATION
10.23% / 89.77% [13]

MEMBRO DESDE
2008





11 Área Territorial: Área territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

12 CGTI, A. (s.d.). Mapa de Cobertura Vegetal. Cobertura Vegetal. https://antigo.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia/mapa-de-cobertura-vegetal.html

13 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. (s.d.). PGI - plataforma geográfica interativa. https://antigo.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia/mapa-de-cobertura-vegetal.html

Amazonas

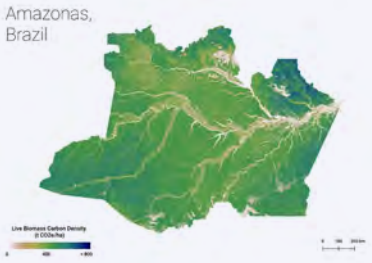
ÁREA DO ESTADO (KM2)
1,559,256 [11]

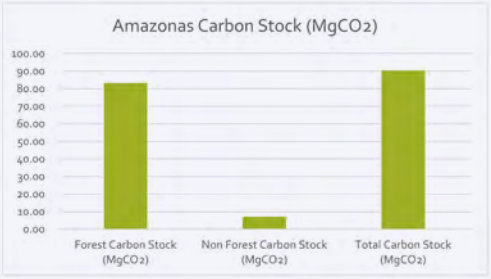
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
145,494,177.36 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
1,559,256 [13]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
20.91% / 79.09% [13]

MEMBRO DESDE
2008





Maranhão

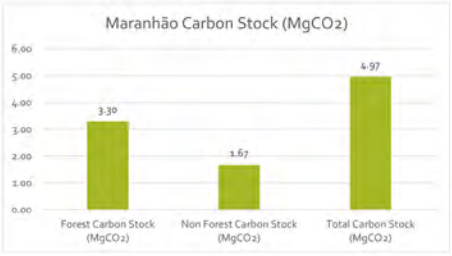
ÁREA DO ESTADO (KM2)
329,651 [11]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES) | 18,453,862.98 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
830,026 [13]

POBLACIÓN RTURAL/URBANA
27.39% / 72.56% [13]

MEMBRO DESDE | 2016



"A importância de ter os povos indígenas no diálogo dos planos de desenvolvimento de baixas emissões não pode ser subestimada. A Força-Tarefa do GCF foi fundamental para a criação do comitê regional do IPLC no Brasil, seguindo os Princípios Orientadores do IPLC, para trabalhar em parceria com os povos indígenas. A rede da Força-Tarefa do GCF precisa continuar se expandindo, porque alguns países e governos subnacionais não estão fazendo a lição de casa quando se trata de incorporar os verdadeiros guardiões da floresta em seus planos."

FRANCISCA ARARA
Secretária dos Povos Indígenas, Estado do Acre, Brasil

Mato Grosso

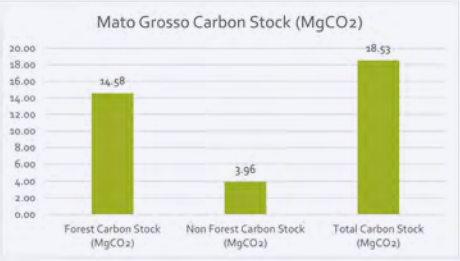
ÁREA DO ESTADO (KM2)
903,208 [11]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
47,626,157.84 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
3,658,813 [13]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
18.20% / 81.80% [13]

MEMBRO DESDE
2008



Pará

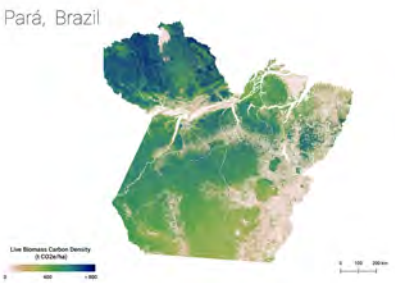
ÁREA DO ESTADO (KM2)
1,245,871 [11]

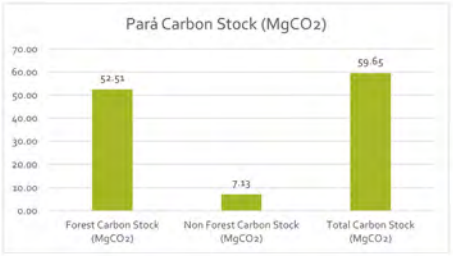
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
93,141,315.96 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
8,116,132 [13]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
31.52% / 68.48% [13]

MEMBRO DESDE
2008





Rondônia

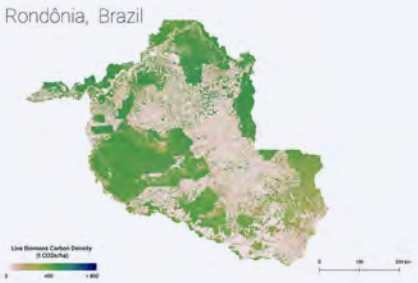
ÁREA DO ESTADO (KM2)
237,754 [11]

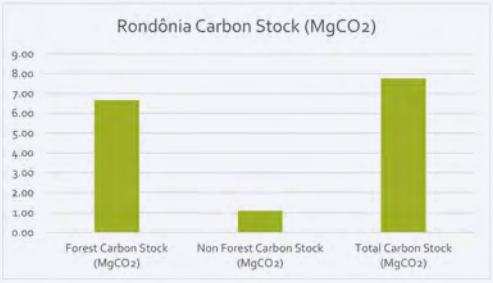
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
13,302,336.3 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
1,581,016 [13]

RURAL/URBAN POPULATION
26.48% / 73.55% [13]

MEMBRO DESDE
2014





Roraima

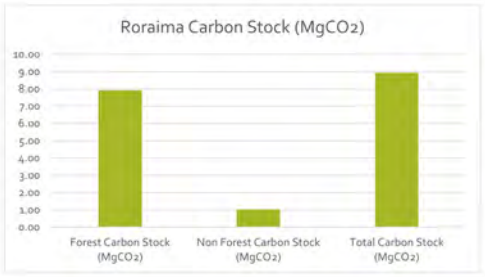
ÁREA DO ESTADO (KM2):
233,645 [11]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
17,086,458.85 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
636,303 [13]

RURAL/URBAN POPULATION
23.45% / 76.55% [13]

MEMBRO DESDE
2016



"Estes estados estão a trabalhar em conjunto para criar os quadros que permitirão que as emissões reduzidas provenientes do desmatamento sejam incluídas nos regimes políticos emergentes dos EUA e internacionais. É notável ver o que esta iniciativa alcançou nos últimos anos e há mais por vir."

HARRISON FORD
Parte de um discurso proferido por Harrison Ford na Cúpula Global do Clima dos Governadores 3, em novembro de 2010.

Tocantins

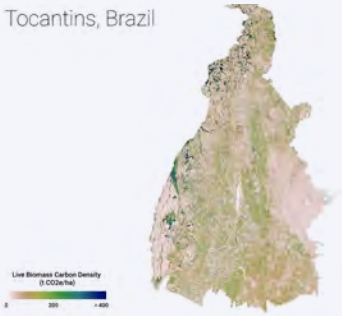
ÁREA DO ESTADO (KM2)
277,424 [11]

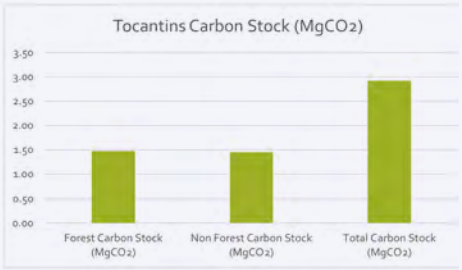
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
13,077,505.14 [12]

POBLACIÓN TOTAL (HABITANTES)
1,511,459 [13]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
21.20% / 78.80% [13]

MEMBRO DESDE
2012





Crédito: Fernando Alves

Crédito: Jhon Barros

Colômbia

JURISDIÇÃO:
Caquetá

Caquetá

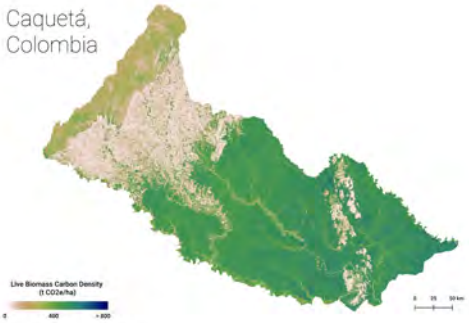
ÁREA TOTAL (KM2)
92,709 [14]

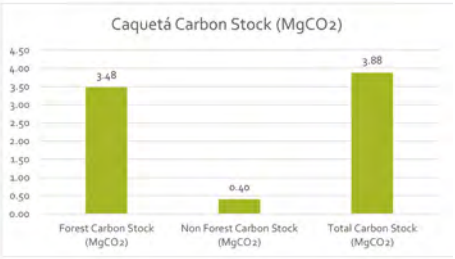
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
6,074,409.18 [15]

POPULAÇÃO TOTAL
425,053 [16]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
34.36% / 65.64% [17]

MEMBRO DESDE
2016





14 Consulta Catastral | GEOPORTAL. (n.d.). Geoportal.igac.gov.co. Geoportal.igac.gov.co. https://geoportal.igac.gov.co/contenido/consulta-catastral

15 Sistema de Información Ambiental Territorial da Amazônia Colombiana - SIAT-AC. https://siatac.co/

16 Departamiento Administrativo Nacional de Estadística - Proyecciones de población (2018). https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion

17 Departamiento Administrativo Nacional de Estadística - Proyecciones de población (2018). https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- Ameaça: conflito armado. Se não conseguirmos chegar a um acordo de paz na Colômbia, continuará sendo muito difícil realizar o controle territorial e a governança local e institucional para liderar os processos de implementação de meios de subsistência sustentáveis e modelos de desenvolvimento de baixa emissão, devido aos inconvenientes da governança territorial.
- Desafio de desenvolver uma economia florestal. No departamento de Caquetá, estamos avançando na geração de uma economia florestal a partir do manejo sustentável das florestas com base em produtos madeireiros e não madeireiros, como parte da geração de uma cultura florestal que deve ser uma alternativa para as populações e comunidades locais e povos indígenas que habitam as florestas da região.
- A geração de cadeias de suprimentos para produtos florestais é um grande desafio para a construção de alianças público-privadas, uma vez que as empresas privadas buscam áreas onde tenham condições legais e de segurança viáveis para investir. Apesar disso, estamos progredindo na geração de condições de mercado com o apoio da cooperação internacional.

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF na Colômbia

- **Pessoas e comunidades**
  - Avançar nos processos de direitos territoriais
  - Treinamento em técnicas de colheita florestal (manejo florestal sustentável)
- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - Pesquisa e desenvolvimento relacionados às cadeias bioeconômicas
  - Inovação para incluir produtos florestais não madeireiros nas cadeias de suprimentos
- **Finanças, investimento e setor privado**
  - Alianças público-privadas para garantir mercados para produtos florestais sustentáveis
  - Financiamento de bancos públicos e privados para empresas de bioeconomia
- **Governo e políticas públicas**
  - Gerar condições legais que garantam o investimento público e privado
  - Implementar políticas públicas de baixas emissões que foram desenvolvidas na última década

Projetos prontamente financiáveis em Caquetá

- Restauração produtiva e funcional de florestas para gerar processos de conectividade de ecossistemas e economias locais. US$ 5.000.000 por um período de 5 anos.
- Planejamento agroambiental do departamento de Caquetá. US$ 900.000 por um período de 18 meses para orientar investimentos e economia de baixas emissões.
- Plano de manejo florestal para o departamento de Caquetá e licenciamento de 50.000 hectares para uso florestal de pequenos proprietários (camponeses). US$ 4.000.000 por um período de 5 anos, para estabelecer e desenvolver a cadeia de valor de produtos madeireiros e não madeireiros em um processo de bioeconomia.

Crédito: Jhon Barros

Parcerias importantes

O departamento de Caquetá tem alianças em diferentes níveis. Em nível de sindicatos produtivos, há criadores de gado, seringueiros, produtores de cacau, cafeicultores e piscicultores. Com organizações não governamentais, como a The Nature Conservancy, o Earth Innovation Institute e a Fundación para Conservación y Desarollo de (FCDS), que têm trabalhado na restauração produtiva em nível de projetos e paisagens, no manejo florestal sustentável e na consolidação de cadeias de valor de produtos agrícolas e florestais. Também está sendo desenvolvido um trabalho importante com comunidades indígenas e camponesas para colaborar nos processos produtivos. Há também parcerias com organizações baseadas em pesquisa e think-tanks, como o SINCHI - Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas.

Costa do Marfim

JURISDIÇÕES:
Bélier & Cavally

"É importante destacar a importância da criação do Comitê Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais dentro da Força-Tarefa do GCF como um espaço para a criação de acordos entre representantes de governos subnacionais e organizações de comunidades locais e povos indígenas."

GUSTAVO SÁNCHEZ
Equipe Executiva do Comitê Global (Diretor da Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques)

Bélier

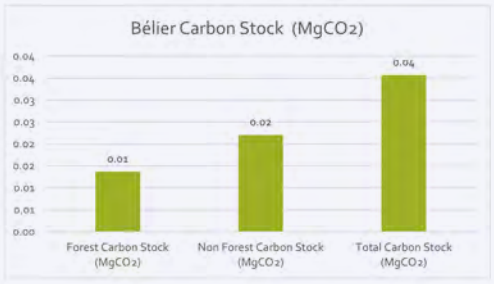
ÁREA TOTAL (KM2)
6,809

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
36,099.1 (2015) [18]

POPULAÇÃO TOTAL
415,593 (2021) [19]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
63.5% / 36.5% (2021) [19]

MEMBRO DESDE
2015



Cavally

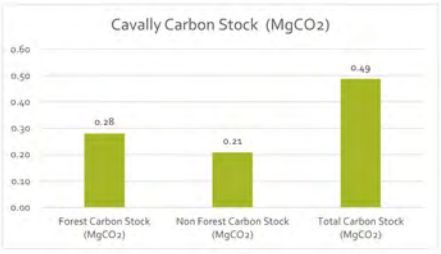
ÁREA TOTAL (KM2)
11,280

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
52,000 (2019) [20]

POPULAÇÃO TOTAL
708,241 (2021) [19]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
58.4% / 41.6% (2021) [19]

MEMBRO DESDE
2015



18 Projeto GCFTF. REDD+ Costa do Marfim. Plan Stratégique Régional de Restauration des Paysages Forestiers dans la Région du Bélier (n.d.). https://reddplus.ci/projet-gcftf/

19 Ministério do Plano e do Desenvolvimento, Resultados Globais Definidos (2022). Abidjan.

20 Relatório preparado para a agência espacial do Reino Unido em julho de 2020. (n.d.). https://www.spacefordevelopment.org/wp-content/uploads/2020/07/State-and-Trends-of-Deforestation-in-Cdl.pdf

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

A Costa do Marfim é, há muito tempo, o maior produtor mundial de cacau. No entanto, a produção agrícola extensiva provocou um desmatamento significativo desde a independência do país da França em 1960. Entre 1990 e 2020, estima-se que o país tenha perdido 63% de sua cobertura florestal. Os principais fatores desse desmatamento e da degradação associada à ele são a produção agrícola intensiva, bem como a extração ilegal de madeira e a produção de carvão vegetal ligada à conversão de terras para a agricultura. Como em outras áreas dos trópicos, quando a paisagem florestal é desmatada ou degradada, ela perde sua capacidade de sustentar um suprimento suficiente de produtos florestais e serviços ecológicos para o bem-estar humano, a função do ecossistema e a conservação da biodiversidade. Isso resulta em declínio da biodiversidade, impactos negativos na qualidade da água e degradação da fertilidade do solo, além dos impactos climáticos resultantes da liberação de emissões de gases de efeito estufa.

As principais ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção do desenvolvimento com baixas emissões na Costa do Marfim são:

- A produção agrícola extensiva de culturas como cacau, café, óleo de palma, castanha de caju e borracha resultou em uma perda significativa de terras florestais por meio de desmatamento. Embora essas culturas - em especial o cacau - tenham sido importantes motores econômicos da economia, a perda de terras florestais e o aumento de terras degradadas também resultaram na redução da produtividade agrícola (e do retorno econômico) ao longo do tempo. [21]
- A extração ilegal de madeira impulsionada pela expansão agrícola ou, cada vez mais, como um fluxo de receita mais importante para os agricultores venderem como madeira ou carvão vegetal. [22]
- Falta de opções e de segurança econômica para uma população crescente, incluindo a falta de participação das comunidades no melhor gerenciamento da floresta. [23]

21 Portail officiel des données ouvertes (data.gouv.ci)

22 Lavoura obscura de cacau na raiz do desmatamento da Costa do Marfim - ISS Africa

23 Plano Estratégico Regional de Restauração de Paisagens Florestais na Região de Bélier, Plano Estratégico de Produção Agrícola Zéro-Desflorestamento da Região de Cavally

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF na Costa do Marfim:

As regiões de Bélier e Cavally enfrentam as mesmas condições e fatores de desmatamento que o país como um todo. As principais oportunidades de apoio à melhoria da governança florestal e de crescimento econômico sustentável em Bélier e Cavally foram identificadas por meio de processos participativos de partes interessadas conduzidos com o apoio do PNUD e da Força-Tarefa do GCF como parte do Plano Estratégico para a Restauração de Paisagens Florestais em Bélier e do Plano Estratégico para a Produção Agrícola com Desmatamento Zero em Cavally. Os valores específicos de financiamento serão incluídos à medida que forem disponibilizados. Essas oportunidades incluem:

- **Pessoas e comunidades**
  - Capacitação de agricultores e comunidades em métodos mais sustentáveis de produção agrícola (agricultura de desmatamento zero e iniciativas agroflorestais) e no gerenciamento florestal comunitário.
  - Apoiar a criação de atividades econômicas mais sustentáveis baseadas na floresta, como por meio de reflorestamento, produtos florestais não madeireiros, iniciativas agroflorestais, ecoturismo, pagamento por serviços de ecossistema e financiamento de carbono.
- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - Apoiar a criação de um banco de sementes centralizado, bem como de viveiros privados e comunitários, voltados para esforços de reflorestamento e restauração de paisagens.
  - Apoiar a melhoria da rastreabilidade dos produtos florestais (especialmente do cacau) e do manejo florestal por meio de ferramentas de sensoriamento remoto, sistemas de certificação e bancos de dados de rastreamento.
- **Finanças, investimento e setor privado**
  - Apoiar o desenvolvimento de novos fluxos de receita, como pagamento para programas de serviços ecossistêmicos a nível regional, mercados de carbono e ecoturismo associados aos esforços de restauração da paisagem.
  - Desenvolver e fortalecer as cadeias de valor e o acesso ao mercado para produtos florestais colhidos de forma sustentável. Isso incluiria melhorar o acesso ao crédito para os agricultores que adotam práticas mais sustentáveis.
- **Governo e políticas públicas**
  - Fortalecer os processos de diálogo com múltiplos participantes relacionados à governança florestal e ao uso da terra.
  - Apoiar a criação de florestas comunitárias para reflorestar áreas degradadas. Essa iniciativa incluiria apoio ao gerenciamento de mudas e viveiros, esforços de reflorestamento e desenvolvimento de um processo de governança florestal em conjunto com órgãos governamentais.

Parcerias importantes

Na Costa do Marfim, todas as regiões trabalham em estreita colaboração com o Ministério de Águas e Florestas, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, REDD+ Costa do Marfim, a Société de Développement des Forêts (SODEFOR), além de parceiros importantes como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Banco Africano de Desenvolvimento, o Center for International Forestry Research and World Agroforestry (CIFOR-ICRAF), IDH, Earthworm Foundation, Wild Chimpanzee Foundation e outras organizações não governamentais, empresas do setor privado, como a Nestlé, e associações de vilarejos/comunidades.

Crédito: Metzger — Wild Chimpanzee Foundation

Ecuador

JURISDIÇÕES:
Morona Santiago, Pastaza, Zamora Chinchipe

Morona Santiago

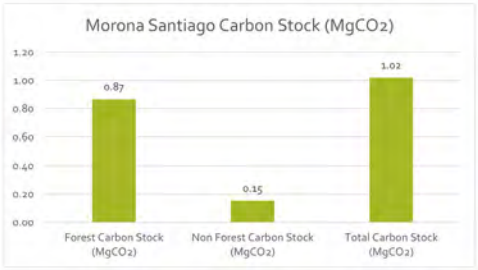
ÁREA TOTAL (KM2) | 24,052.2 [24]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES) | 1`716.049,33 [25]

POPULAÇÃO TOTAL | 147,940 [24]

POBLACIÓN RURAL/URBANA 93% / 7% [24]

MEMBRO DESDE | 2023



Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- Mineração, expansão da fronteira agrícola, extração indiscriminada de madeira, tráfico de espécies, falta de apoio do governo para projetos de subsistência da comunidade
- A província também está sofrendo com a perda de cultura e tradições devido ao êxodo rural
- Uma linha de base deficiente de biodiversidade e questões produtivas
- A província precisa criar um plano de construção de estradas
- Morona Santiago é a província com os níveis mais altos de desnutrição

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF no Equador

- **Pessoas e comunidades - US$ 2.923.280,80 em 5 anos**
  - Suporte técnico para a elaboração de projetos, incluindo os processos participativos necessários, e com base nas necessidades específicas do território
  - Articulação de acordos entre o governo provincial e as organizações indígenas para a conservação do território e a implementação de meios de subsistência sustentáveis
- **Conhecimento, tecnologia e inovação - US$ 18.027.484,00 em 10 anos**
  - Desenvolver acordos para melhorar a qualidade de vida das comunidades, como projetos de água e saneamento, e conectividade de energia.
  - Projetos inovadores de produção de bioeconomia para agregar valor a produtos florestais não madeireiros
  - Gerenciamento conjunto de territórios florestais indígenas
  - Implementação de cadeias de valor da sociobiodiversidade
- **Finanças, investimento e setor privado - US$ 13.827.760,00 em um período de 10 anos**
  - Criação de um espaço para trabalhar de forma coordenada com as partes interessadas em conservação
  - Constituição e operacionalização do Fundo Amazônico, integrado por governos subnacionais que constituem a Plataforma Amazônica e Nacionalidades Indígenas para financiar a conservação de áreas de conservação provinciais e necessidades de desenvolvimento que fazem parte dos planos de implementação de REDD+
- **Governo e políticas públicas - US$ 1.730.880,00 em um período de 5 anos**
  - Formulação e implementação de um plano de REDD+
  - Estabelecimento do modelo de gerenciamento de vida e uso ancestral para a reserva provincial Tarímiat Pujutaí Nunka
  - Fortalecimento das organizações sociais indígenas na província

Parcerias importantes

Federación Interprovincial de Centros Shuar (FICSH), Pueblo Shuar Arutam (PSHA), Nación Shuar del Ecuador (NASHE), Nacionalidad Achuar del Ecuador (NAE), Mesa Provincial de la Pitahaya, Mesa provincial AFC (Agricultora Familiar Campesina), Cooperación de cafetaleros de Morona Santiago, y Mesa provincial ganadería sostenible.

24 Governo Autônomo Descentralizado de Morona Santiago, Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Morona Santiago 2019 -2023. https://moronasantiago.gob.ec/pdot-2019-2023/

25 Ministerio de Ambiente Agua y Transición Ecológica del Ecuador- Mapa de cobertura y uso de la tierra del Ecuador Continental 2020. http://ide.ambiente.gob.ec:8080/mapainteractivo/

Pastaza

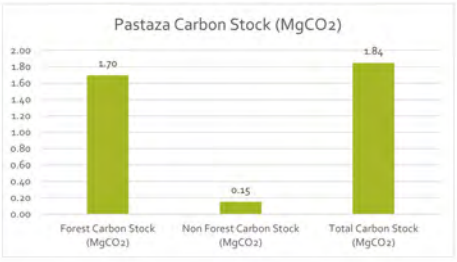
ÁREA TOTAL (KM2)
29,641 [26]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
2,781,255.39 [27]

POPULAÇÃO TOTAL
114,202 [26]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
56.01% / 43.00% [26]

MEMBRO DESDE
2017



Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- Desmatamento relacionado à conversão de terras para agricultura e pecuária
- Alta porcentagem de necessidades básicas insatisfeitas

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF no Equador

- **Pessoas e comunidades - US$ 3.654.101 em 5 anos.**
  - Desenvolvimento de alternativas de produção sustentáveis e livres de desmatamento
  - Promover acordos de conservação para proteger os recursos florestais e hídricos
  - Incentivar a restauração de áreas degradadas e fontes de água
- **Conhecimento, tecnologia e inovação - US$ 5.585.000 em 5 anos**
  - Gerar informações e incentivar o uso da biodiversidade para fins comerciais.
- **Finanças, investimento e setor privado - US$ 22.534.355 em um período de 5 anos**
  - Constituição e operacionalização do Fundo Amazônico, integrado por governos subnacionais que constituem a Plataforma Amazônica e Nacionalidades Indígenas para financiar a conservação de áreas de conservação provinciais e necessidades de desenvolvimento que fazem parte dos planos de implementação de REDD+
- **Governo e políticas públicas - US$ 2.163.600 em um período de 5 anos.**
  - Fortalecer o modelo de governança constituído por governos subnacionais e povos e nacionalidades indígenas para a gestão da reserva provincial da província

Parcerias importantes

Gobiernos Autónomos Descentralizados Municipales y Parroquiales, Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), Cooperación bilateral-Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Organizaciones de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas, Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica (MAATE), Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) e associações de pequenos agricultores (mestizos y comunitarios).

26 Governo Autônomo Descentralizado de Pastaza, Plan de Implementación de Medidas y Acciones REDD+ de la Provincia de Pastaza 2021. https://observatoriobcc.org/wp-content/uploads/2022/08/plan_implementacion_medidas.pdf

27 Ministerio de Ambiente Agua y Transición Ecológica del Ecuador- Mapa de Cobertura y Uso de la Tierra del Ecuador Continental 2020. http://ide.ambiente.gob.ec:8080/mapainteractivo/

Zamora Chinchipe

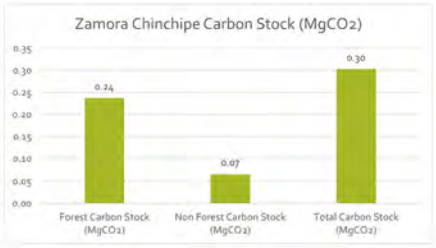
ÁREA TOTAL (KM2)
10,572.03 [28]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES) | 668,560.7 [29]

POPULAÇÃO TOTAL | 91,376 [28]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
56% / 44% [28]

MEMBRO DESDE | 2022



Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- Atividades ilegais de mineração nas margens dos rios
- Atividades de mineração ilegal em áreas protegidas como resultado de um insuficiente controle governamental
- Construção de novas estradas em áreas florestais que incentivam novos assentamentos
- Perda de valores e identidade cultural
- Expansão da fronteira agrícola e de piscicultura e produção e produtividade insuficientes
- Desmatamento devido a atividades agrícolas (café e pecuária)
- Alta porcentagem de pobreza de renda devido à economia de subsistência
- Alta porcentagem de pobreza devido à insatisfação das necessidades básicas

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF no Equador

- **Pessoas e comunidades - US$ 1.278.935,35 em um período de três anos**
  - Acordos de conservação diretamente com as comunidades
  - Incentivos às comunidades para conservação e restauração
  - Capacitação e treinamento
- **Conhecimento, tecnologia e inovação - US$ 3.500.000 em um período de 3 anos**
  - Cadeia de valor de produtos florestais não madeireiros
  - Tecnificação do setor agroprodutivo
- **Finanças, investimento e setor privado - US$ 1.954.750,00**
  - Constituição e operacionalização do Fundo Amazônico, integrado por governos subnacionais que constituem a Plataforma Amazônica e Nacionalidades Indígenas para financiar a conservação de áreas de conservação provinciais e necessidades de desenvolvimento que fazem parte dos planos de implementação de REDD+
  - Empréstimos bancários a juros baixos
  - Conexão com o setor e as empresas
- **Governo e políticas públicas - US$ 757.260,00 em 3 anos.**
  - Maior articulação dos planos e políticas públicas da província (Ordenanzas, PdIREDD+, Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial, Mesas intersectoriales, Planes de vida de las Nacionalidades Indígenas)

Parcerias importantes

Federación Provincial de la Nacionalidad Shuar de Zamora Chinchipe (FEPNASH - ZCH), Federación del Pueblo Kichwua Saraguro (Zamaskijat), Asociaciones de Pequeños Cafetaleros Ecológicos del Sur (FAPECAFES), Asociacion de Produccion Agropecuaria "LA CHACRA", Asociación de Producción de Cacao y Derivados Aromas del Sur ASOPROMAS, Asociación de productores orgánicos del río Mayo ACRIM, Asociación de pequeños exportadores agropecuarios orgánicos de la Amazonía Ecuatoriana APEOSAE, Asociación Agroartesanal de Productores Ecológicos de Palanda y Chinchipe APECAP, Mesa de Ganadería de Zamora Chinchipe

28 Governo Autônomo Descentralizado de Zamora Chinchipe, Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Zamora Chinchipe 2019 -2023. https://zamora-chinchipe.gob.ec/wp-content/uploads/2020/08/PDOT-2019-2023-ZAMORA-CHINCHIPE.pdf

29 Ministerio de Ambiente Agua y Transición Ecológica del Ecuador- Mapa de cobertura y uso de la tierra del Ecuador Continental 2020. http://ide.ambiente.gob.ec:8080/mapainteractivo/

Indonésia

JURISDIÇÕES:
Aceh, Kalimantan Central, Kalimantan Oriental, Kalimantan do Norte, Papua, Papua Ocidental, Kalimantan Ocidental

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

A Indonésia enfrenta desafios significativos na conservação das florestas e na promoção de meios de subsistência, reduzindo a pobreza ou promovendo o desenvolvimento de baixas emissões. De 2014 a 2021, o país registrou um desmatamento bruto de mais de 3,9 milhões de hectares.[30] O desmatamento também está afetando as áreas vizinhas, como o aumento dos riscos de incêndios, inundações, erosão do solo e perda de biodiversidade. Felizmente, a taxa de desmatamento na Indonésia está diminuindo nos últimos anos. O governo da Indonésia introduziu políticas e regulamentações para proteger as florestas e promover o uso sustentável da terra, como a moratória sobre novas permissões para extração de madeira e plantações de óleo de palma em florestas primárias e turfeiras (peats). O país também estabeleceu a meta de tornar suas terras florestais um sumidouro líquido de carbono até 2030.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para garantir a continuação da tendência de declínio, bem como para assegurar o equilíbrio com o trabalho de desenvolvimento e melhorar os meios de subsistência da comunidade. Alguns dos desafios identificados para atingir essas metas, especialmente nas províncias membros da Força-Tarefa do GCF, são:

- **Políticas desarticuladas sobre florestas e gestão de terras entre os níveis governamentais**

  Esse é um dos principais problemas da governança florestal na Indonésia. As políticas impostas pelo governo subnacional nem sempre estão alinhadas com as políticas desenvolvidas pelo governo nacional. Por outro lado, as políticas desenvolvidas pelo governo nacional nem sempre levam em consideração a situação real em nível subnacional. Isso é especialmente proeminente nas políticas espaciais e no processo de permissão de concessão. Um estudo conduzido pela FWI (2018)[31] em oito províncias[32] mostrou que cerca de 27% das áreas de concessões apresentavam sobreposição de licenças entre concessões florestais, plantação de óleo de palma e mineração.

- **Estratégia e programas menos integrados entre os setores relevantes**

  Seguindo o problema mencionado acima no arranjo institucional, o interesse de cada setor relevante, como silvicultura, agricultura e energia, pode ser diferente ou até mesmo contrastante. Isso cria

30 https://www.bps.go.id/statictable/2019/11/25/2081/angka-deforestasi-netto-indonesia-di-dalam-dan-di-luar-kawasan-hutan-tahun-2013-2020-ha-th-.html e https://sigap.menlhk.go.id/sigap-trial/files/download/buku-deforestasi-indonesia-tahun-2020-2021.pdf

31 FWI. 2018. Silang Sengkarut Pengelolaan Hutan dan Lahan di Indonesia. Bogor.

32 Aceh, Riau, Sumatera Ocidental, Sumatera do Sul, Kalimantan Ocidental, Kalimantan Oriental, Kalimantan do Norte e Sulawesi Central

problemas no alinhamento dos planos de trabalho que seriam vistos como de interesse de um setor em vez de muitos, como no caso da redução das emissões de GEE, que é vista como um problema ambiental e não de desenvolvimento. Esse ponto de vista fez com que os esforços para reduzir as emissões de GEE não interessassem a outros órgãos além do órgão ambiental, resultando, muitas vezes, em um plano que não pode ser implementado, pois os órgãos responsáveis não conseguem ver sua importância.

- **Falta de financiamento de suporte**

  Reconhecido há muito tempo como um grande obstáculo em um esforço de preservação ambiental, o financiamento continua sendo um problema para a implementação do REDD+, especialmente porque o orçamento do Estado para lidar com isso é limitado. Por exemplo, em 2020, o orçamento destinado à proteção florestal e ambiental foi de apenas 0,9% do orçamento total do estado no ano. A porcentagem seria muito menor em muitas províncias.

  Nos últimos anos, muitos mecanismos de financiamento inovadores foram criados para auxiliar as medidas de conservação florestal em nível subnacional. Muitos estão alinhados com o programa REDD+. Embora essa seja uma oportunidade maravilhosa, alguns dos financiamentos vêm com a demanda de mais ações a serem tomadas ou de mais financiamento necessário para preparar e atingir os requisitos do financiamento. Portanto, é preciso ter cautela quando uma província deseja se envolver com qualquer uma das oportunidades. Também seria necessário apoio para traduzir os requisitos, incluindo a identificação de suas implicações para o subnacional.

  Recentemente, a possibilidade de financiamento via mercado de carbono chamou a atenção de muitos implementadores de atividades de mitigação da mudança climática. No entanto, o conhecimento limitado e as incertezas sobre a regulamentação e o mercado, especialmente para as partes interessadas em nível subnacional, fazem com que elas hesitem em seguir em frente.

- **Menor apoio a iniciativas não regulatórias**

  Especialmente em áreas de plantação, iniciativas como a identificação e alocação de áreas de Alto Valor de Conservação (HCV) e Alto Estoque de Carbono (HCS) podem levar à conservação das áreas. Isso, por sua vez, levará a evitar as emissões do desmatamento e da degradação florestal e, às vezes, também a aumentar o sequestro da atividade de reabilitação. Infelizmente, embora as iniciativas estejam incluídas nas contribuições nacionalmente determinadas (NDC) da Indonésia como uma das atividades de mitigação em potencial, elas não têm base regulatória em nível nacional e, portanto, têm uma capacidade de aplicação fraca. Elas dependem principalmente da demanda baseada no mercado.

"O GCF construiu a unidade entre estados e províncias a nível subnacional através de acordos derivados de várias comunidades e divulgando os seus resultados a comunidades em todo o mundo. "

HUSAINI SYAMAUN

ex-chefe da Agência Florestal, Aceh, Indonésia

- **Capacidade limitada de monitoramento para acompanhar o status e o desempenho**

  Os dados são um aspecto fundamental no rastreamento e na avaliação. Infelizmente, muitas províncias não têm um sistema de monitoramento suficiente que lhes permita estimar adequadamente as emissões florestais e, portanto, não conseguem acompanhar regularmente o status de suas emissões florestais e, consequentemente, seu desempenho na implementação do REDD+.

  Sistema Nacional de Monitoramento Florestal (NFMS) é um sistema de monitoramento de cobertura florestal com base espacial, combinado com observação aleatória do solo. Embora já seja um sistema abrangente para capturar mudanças na cobertura florestal, sua resolução de imagem não é alta o suficiente para uma estimativa mais detalhada. Enquanto isso, em nível subnacional, os orçamentos limitados dificultaram a manutenção dos números de observação de solo (em termos de local e frequência), representativos para captar a dinâmica do manejo florestal e associá-la a programas ou atividades específicas.

- **Falta de conscientização e capacidade das partes interessadas em nível local**

  Em seus primeiros anos, o REDD+ concentrou-se no estágio de preparação, propondo políticas e instrumentos de apoio para sua eventual implementação. Durante esse estágio, muitos eventos de capacitação e conscientização foram organizados, principalmente dirigidos a acadêmicos e funcionários do governo. Embora a lógica de tal arranjo seja sólida, espera-se que os acadêmicos e funcionários do governo sirvam como instrutores locais e assim dissemi-

nem o conhecimento. Mas nem sempre são eles que conduzem o trabalho de base, ou em posições de tomadores de decisão para enfrentar os fatores de desmatamento e degradação florestal.

Por exemplo as Unidades de Manejo Florestal (UMF). Atualmente, existem 784 UMFs[33] em toda a Indonésia. Infelizmente, nem todas as UMFs estão bem equipadas para gerenciar adequadamente sua área, ainda mais para lidar com todas as partes interessadas e atividades que contribuem para o desmatamento e a degradação florestal em sua respectiva área.

Diversidade cultural

Coletivamente, as sete províncias membros da Força-Tarefa do GCF na Indonésia abrigam quase mil comunidades tradicionais (chamadas adat), cada uma com seu próprio idioma, dialeto e costume. Isso geralmente se traduz em pontos de vista diferentes e, portanto, em maneiras diferentes de gerenciar as coisas. Para tratar de determinadas questões, como a conservação da floresta e a redução da invasão, uma abordagem bem-sucedida em uma área nem sempre é aplicável a outras áreas. Esse tipo de situação também pode existir nas províncias membros do GCF em outros países, portanto, sessões de compartilhamento com muitos exemplos podem ajudar a inspirar o desenvolvimento de uma abordagem personalizada.

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF na Indonésia

- **Pessoas e comunidades**
  - **Comitê Diretor sobre Povos Indígenas e Comunidade Local (IPLC):**

    Estabelecidos em 2019, os membros do IPLC na Indonésia estão trabalhando para melhorar a colaboração entre as partes interessadas relevantes e aumentar o reconhecimento dos direitos adat e das comunidades locais, incluindo a integração de suas áreas designadas no plano espacial da província.

    A IPLC também trabalhará na facilitação do desenvolvimento da silvicultura social e no fornecimento de capacitação para que as comunidades locais desenvolvam meios de subsistência alternativos. O plano de curto prazo da IPLC na Indonésia é fornecer assistência às adat e às comunidades locais na aplicação da silvicultura social e no desenvolvimento de oportunidades econômicas alternativas, como ecoturismo e produtos florestais não madeireiros.

    O apoio para o início de uma implementação de silvicultura social exigiria US$ 35.000 por local/licença, enquanto o desenvolvimento de uma atividade comercial piloto em uma comunidade local/adat exigiria pelo menos US$ 300.000. O trabalho com as PICL tem como meta pelo menos três atividades-piloto até o ano de 2030.

- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - **Rede de pesquisa e conhecimento:**

    As províncias membros da Força-Tarefa do GCF estão estabelecendo uma rede universitária. Em seu estágio inicial, a rede se concentrará nas universidades locais da área das províncias membros. Posteriormente, elas estão procurando estabelecer relações com universidades de outras áreas e do exterior. Para apoiar os intercâmbios domésticos, seriam necessários cerca de US$ 100.000 por ano.

  - **Apoio ao sistema de monitoramento de REDD+::**

    Ter uma meta de redução de emissões a partir da implementação do REDD+ exige um sistema de monitoramento adequado para acompanhar seu progresso, inclusive as reduções de emissões alcançadas. Kalimantan Oriental desenvolveu um sistema de monitoramento baseado na web por meio de seu programa FCPF Carbon Fund, mas outras províncias ainda não tiveram oportunidade semelhante. Embora Kalimantan Ocidental tenha começado por meio do financiamento de apoio da Under2Coalition em 2021.

    Espera-se que o sistema de monitoramento não se concentre apenas nos aspectos técnicos da medição do carbono florestal, mas também inclua o monitoramento de aspectos sociais e outros aspectos ambientais como parte do gerenciamento das salvaguardas de REDD+.

    Os métodos de monitoramento podem combinar várias tecnologias, como monitoramento florestal baseado em satélite ou aplicativos móveis para coleta de dados de campo e fornecimento de alerta antecipado. Considerando a experiência em Kalimantan Oriental, o desenvolvimento de um sistema de monitoramento exigiria cerca de US$ 250.000 por província.

33 https://kph.menlhk.go.id/#/data-kph

- **Finanças, investimento e setor privado**
  - **Exploração e desenvolvimento do potencial da bioeconomia:**

    Nas províncias-membro da Indonésia, o potencial bioeconômico será explorado com foco em produtos florestais não madeireiros produzidos em áreas administradas nas UMF e pelas comunidades locais/adat. O suporte necessário para o desenvolvimento é, entre outros, a assistência e o treinamento em incubação de empresas e acesso ao mercado, com custo estimado em US$ 200.000 para a rede geral no primeiro ano e, em seguida, US$ 400.000 adicionais por província membro para desenvolvimento adicional em um período de quatro anos.

  - **Apoio a esquemas inovadores de financiamento sustentável:**

    Um avanço veio da província de Kalimantan do Norte em 2019, que iniciou a implementação de um programa de Transferência Fiscal de Base Ecológica (EFT) chamado Transfer Anggaran Provinsi Berbasis Ekologi (TAPE). De acordo com esse programa, o governo provincial de Kalimantan do Norte alocou o orçamento[34] para ser distribuído aos governos distritais e municipais para apoiar programas e atividades que abordam as questões de, entre outras, conservação florestal, ar limpo e gerenciamento de resíduos. Espera-se que esse tipo de iniciativa promova a conscientização e o interesse nos distritos e municípios e possa ser adotado por outras províncias. O apoio para a preparação de tal iniciativa exigirá cerca de US$ 50.000 por província durante dois anos.

  - **Investimento no desenvolvimento do ecoturismo:**

    O setor privado pode investir no desenvolvimento do ecoturismo para apoiar o desenvolvimento sustentável na Indonésia. Por exemplo, o projeto Development Marine Ecotourism (Desenvolvimento do ecoturismo marinho) em Papua tem como objetivo desenvolver iniciativas econômicas sustentáveis, como negócios sociais e cooperativas que se concentram em produtos e serviços sustentáveis, como produtos de florestas de mangue ou produtos de pesca. Além disso, o projeto visa investir em infraestrutura sustentável que apoie o desenvolvimento do ecoturismo na área de mangue. Ao investir em ecoturismo sustentável, o setor privado pode contribuir para o bem-estar econômico e social das comunidades locais e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente.

- **Governo e políticas públicas**
  - **Apoio ao desenvolvimento de modelo jurisdicional e plano de baixo carbono**

    O desenvolvimento de um modelo jurisdicional para reduções de emissões foi iniciado em Kalimantan Ocidental e Kalimantan Central, principalmente para abordar medidas de desmatamento zero na cadeia de suprimento de óleo de palma. No entanto, Kalimantan Ocidental também está em processo de desenvolvimento de um escopo mais amplo de modelo jurisdicional por meio de financiamento de apoio do programa Window B e do Green Climate Fund.

    O governo de Aceh, com o apoio do financiamento do Window A, desenvolveu uma estratégia integrada de desenvolvimento de baixo carbono chamada ILEDSA (Integrated Low Emission Development Strategy for Aceh), que tentou integrar as questões de mudança climática ao plano de trabalho dos setores relevantes. Embora a eficácia da estratégia ainda não tenha sido comprovada, seu processo de formulação reuniu partes interessadas de vários setores que, espera-se, possam aumentar a participação e o apoio dos setores relevantes.

Parcerias importantes

CDP

A colaboração com o CDP foi iniciada com o auxílio às províncias membros na resposta ao questionário do CDP para estados e regiões em 2020. Em seguida, em 2022, a Força-Tarefa do GCF Indonésia e o CDP iniciaram o desenvolvimento de um manual de colaboração para cada província, com o objetivo de apresentar programas e atividades em potencial que precisam de apoio e parceria.

Under2Coalition

Várias províncias membros da Força-Tarefa do GCF também são membros da Under2Coalition e, ao longo dos anos, as duas organizações se convidam para seus eventos e compartilham informações sobre seus programas.

A Força-Tarefa do GCF na Indonésia também conta com parceiros técnicos, incluindo a The Nature Conservancy, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), o Earth Innovation Institute - EII, a Fauna & Flora International e o Center for International Forestry (CIFOR), entre outros.

34 Com cinco distritos e municípios, no primeiro ano de implementação do TAPE, o governo provincial de Kalimantan do Norte alocou cerca de três bilhões de rupias (US$ 220 milhões). Ele aumentou gradualmente a alocação, chegando a sete bilhões de rupias (US$ 518 milhões) em 2023.

Aceh

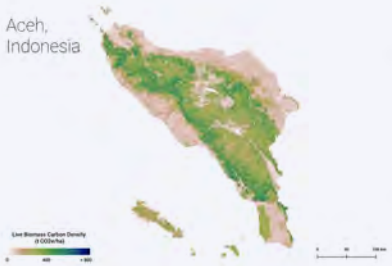
ÁREA TOTAL (KM2)
56,839.09 [35]

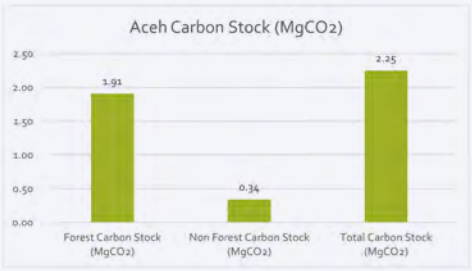
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
3,126.3 [36]

POPULAÇÃO TOTAL
5,407,855 [37]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
66.11% / 33.89%

MEMBRO DESDE
2009





Kalimantan Central

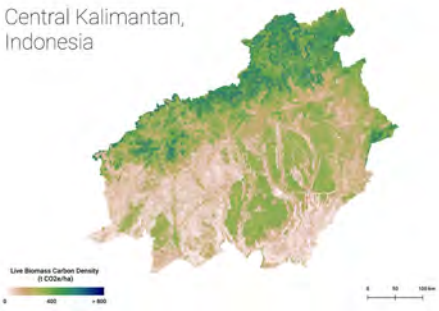
ÁREA TOTAL (KM2)
153,443.9 [38]

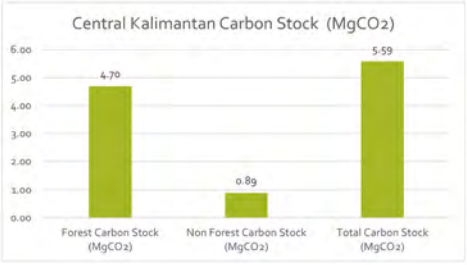
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
7,459.3 [39]

POPULAÇÃO TOTAL
2,741,100

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
57.80% / 42.20%

MEMBRO DESDE
2011





35 Aceh in Figures 2023. https://aceh.bps.go.id/publication/2023/02/28/71d342c099d759579815e775/provinsi-aceh-dalam-angka-2023.html
36 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik
37 Aceh in Figures 2023. https://aceh.bps.go.id/publication/2023/02/28/71d342c099d759579815e775/provinsi-aceh-dalam-angka-2023.html
38 Central Kalimantan in Figures 2023. https://kalteng.bps.go.id/publication/2023/02/28/45c828b0139ad2a9d3b848ca/provinsi-kalimantan-tengah-dalam-angka-2023.html
39 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

Kalimantan Oriental

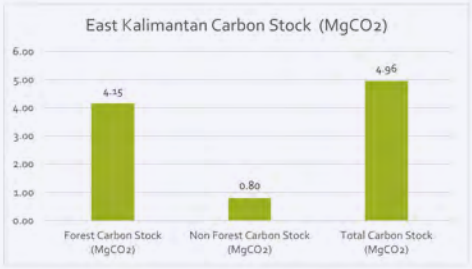
ÁREA TOTAL (KM2)
126,981.28 [40]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
13,289.5 [41]

POPULAÇÃO TOTAL:
3,859,780 [42]

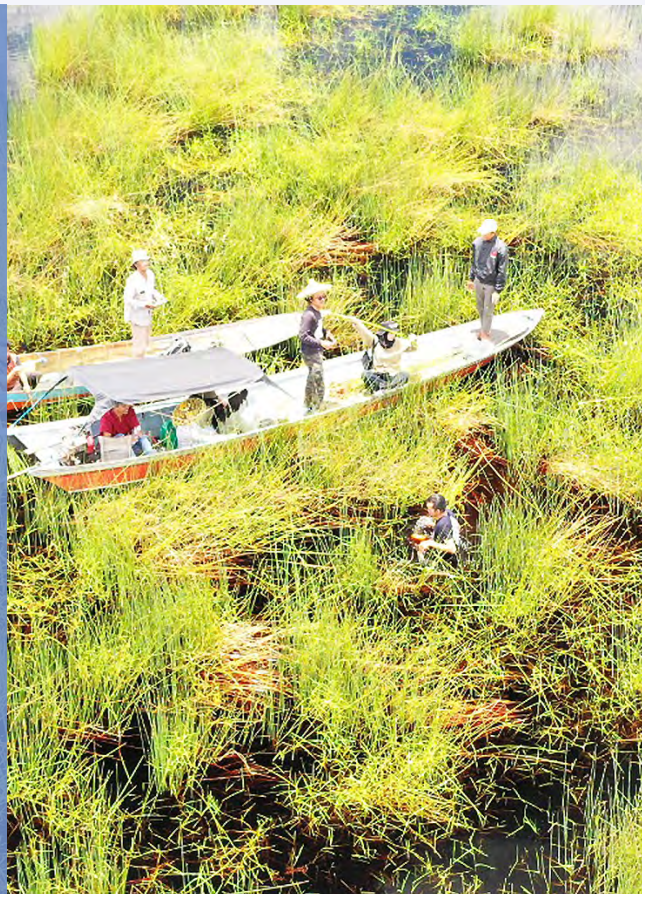
POPULAÇÃO RURAL/URBANA
31.42% / 68.58%

MEMBRO DESDE
2010



"A existência da Força-Tarefa do GCF é certamente um passo conjunto para superar o desmatamento em cada região, e controlar as mudanças climáticas. A Força-Tarefa do GCF é considerada especialmente importante pelo Governo da Província de Kalimantan Oriental porque [nossa participação] é uma das provas de nossa seriedade e atenção na superação das mudanças climáticas."

DR. IR. H. ISRAN NOOR
ex-governador, Kalimantan Oriental, Indonésia



40 Kalimantan Oriental em números de 2023. https://kaltim.bps.go.id/publication/2023/02/28/7a58231d5aa2f5a7b4d5c36a/provinsi-kalimantan-timur-dalam-angka-2023.html

41 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

42 Kalimantan Oriental em números de 2023. https://kaltim.bps.go.id/publication/2023/02/28/7a58231d5aa2f5a7b4d5c36a/provinsi-kalimantan-timur-dalam-angka-2023.html

Kalimantan do Norte

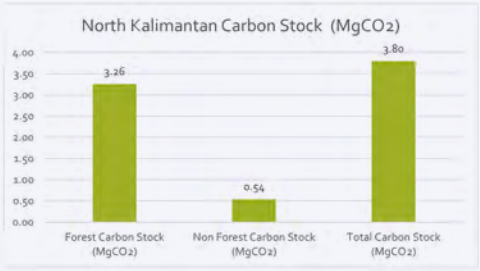
ÁREA TOTAL (KM2)
75,467.70 [43]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
13,289.5 [44]

POPULAÇÃO TOTAL
727,800 [45]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
36.63% / 63.37%

MEMBRO DESDE
2016



Kalimantan Ocidental

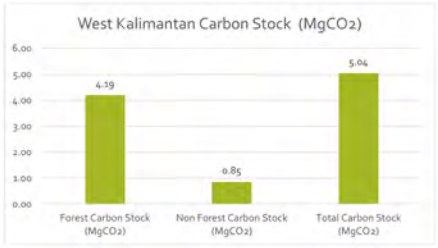
ÁREA TOTAL (KM2):
147,047.04 [46]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
5,656.6 [47]

POPULAÇÃO TOTAL
5,541,376 [48]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
63.57% / 36.43%

MEMBRO DESDE
2010



43 Kalimantan do Norte em números de 2023. https://kaltara.bps.go.id/publication/2023/02/28/0eb3913ae2fe973d100fa04e/provinsi-kalimantan-utara-dalam-angka-2023.html

44 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

45 Kalimantan do Norte em números de 2023. https://kaltara.bps.go.id/publication/2023/02/28/0eb3913ae2fe973d100fa04e/provinsi-kalimantan-utara-dalam-angka-2023.html

46 West Kalimantan in Figures 2023 (Kalimantan Ocidental em números 2023). https://kalbar.bps.go.id/publication/2023/02/28/4f-69da9b6275dd23c7edb485/provinsi-kalimantan-barat-dalam-angka-2023.html

47 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

48 West Kalimantan in Figures 2023 (Kalimantan Ocidental em números 2023). https://kalbar.bps.go.id/publication/2023/02/28/4f-69da9b6275dd23c7edb485/provinsi-kalimantan-barat-dalam-angka-2023.html

Papua

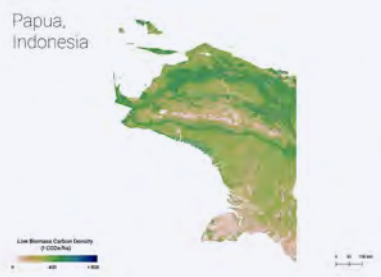
ÁREA TOTAL (KM2)
312,816.35 [49]

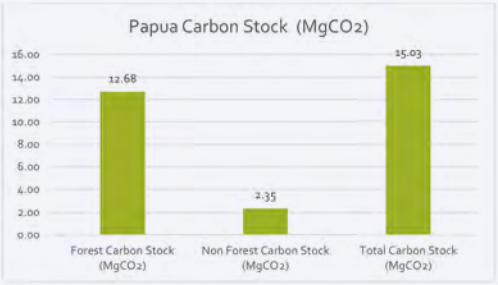
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
25,396.6 [50]

POPULAÇÃO TOTAL
4,418,581 [51]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
69.80% / 30.20%

MEMBRO DESDE
2009





Papua Ocidental

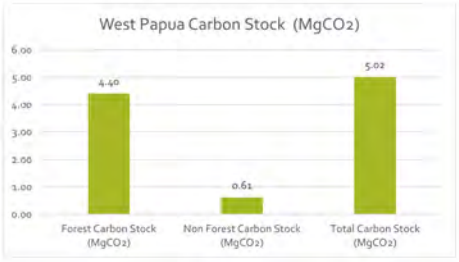
ÁREA TOTAL (KM2):
99,398.26 [52]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL
8,967.3 [53]

POPULAÇÃO TOTAL
1,183,307 [54]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
57.23% / 42.77%

MEMBRO DESDE
2012



49 Papua em números 2023. https://papua.bps.go.id/publication/2023/02/28/68b848a54207a64d0c42ddb6/provinsi-papua-dalam-angka-2023.html

50 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

51 Central Kalimantan in Figures 2023. https://kalteng.bps.go.id/publication/2023/02/28/45c828b0139ad2a9d3b848ca/provinsi-kalimantan-tengah-dalam-angka-2023.html

52 West Papua in Figures 2023 (Papua Ocidental em números 2023). https://papuabarat.bps.go.id/publication/2023/02/28/1675aaebd5ba59b4d6e1cdd3/provinsi-papua-barat-dalam-angka-2023.html

53 Estatísticas do Ministério do Meio Ambiente e Florestas 2021. https://pktl.menlhk.go.id/publikasi/buku_statistik

54 West Papua in Figures 2023 (Papua Ocidental em números 2023). https://papuabarat.bps.go.id/publication/2023/02/28/1675aaebd5ba59b4d6e1cdd3/provinsi-papua-barat-dalam-angka-2023.html

México

JURISDIÇÕES:
Campeche, Chiapas, Jalisco, Oaxaca, Quintana Roo, Tabasco e Yucatan

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

- No México, a desigualdade social nos Estados membros da Força-Tarefa do GCF implica a necessidade de obter renda, o que leva à exploração ilegal dos recursos. Para desenvolver práticas de colheita sustentáveis, é necessário apoiar os atores locais no estabelecimento de programas de treinamento, espaços de reflexão e integração, uma vez que eles têm sido invisibilizados na tomada de decisões dentro das práticas florestais, especialmente as mulheres e os jovens.
- As principais causas diretas do desmatamento e da degradação florestal são a pecuária extensiva, a extensão da fronteira agrícola e de práticas insustentáveis (para produzir dendê, soja, milho, abacate, agave), a extração ilegal de madeira, a superexploração de recursos madeireiros e não madeireiros, os incêndios florestais (origem antropocêntrica) e as mudanças no uso da terra. O crescimento urbano e o desenvolvimento de infraestrutura, principalmente em áreas turísticas, é outro setor que está crescendo rapidamente e contribuindo para a mudança no uso da terra.
- A análise do impacto dos fatores de desmatamento identificou a necessidade de elaborar políticas públicas que permitam a transformação dos setores produtivos, desenvolver mecanismos de certificação para a produção agrícola comercial e esquemas de mercado para tornar visíveis e expandir os sistemas de produção sustentáveis, fortalecer as capacidades e os conhecimentos relacionados aos mercados e às cadeias de valor.
- O setor governamental no México ainda precisa de apoio para trabalhar no fortalecimento das capaci-

Crédito: Pronatura Sur

dades necessárias para destacar os pontos fortes e as oportunidades locais (municipais e estaduais), a fim de garantir que a alocação de orçamentos e subsídios para programas produtivos seja cada vez mais sustentável, incorporando critérios e metas que favoreçam a conservação das florestas. Para atingir esses objetivos, é importante promover o cumprimento da estrutura legal e regulatória, desenvolver e implementar instrumentos de políticas públicas transversais, desenvolver mecanismos de cooperação intergovernamental e estabelecer vínculos relevantes com agências de cooperação internacional.

- Há necessidade de instrumentos e mecanismos de financiamento para cobrir, por um lado, os custos de implementação de projetos-piloto e o projeto e a implementação de programas para ampliar as soluções e, por outro, para fornecer financiamento adequado e de longo prazo para esquemas inovadores. Nesse sentido, é essencial integrar as oportunidades de financiamento de várias fontes financeiras (públicas, privadas, nacionais e internacionais, créditos e subsídios) destinadas aos produtores e às comunidades locais, levando em conta a participação inclusiva e a gestão de jovens e mulheres.

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF no México

- **Pessoas e comunidades**
  - Promover o manejo florestal sustentável e a intensificação das atividades agrícolas para a restauração e recuperação de ecossistemas degradados e para a melhoria da produtividade e da economia rural.

    US$ 8.000.000 em um período de 3 anos.[55]

- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - Desenvolver protocolos para cadeias de valor sustentáveis e livres de desmatamento e diretrizes/condições para a rastreabilidade de produtos florestais e agrícolas.
  - Desenvolver espaços inovadores para gerar capacidades em boas práticas produtivas, governança e empreendedorismo para produtores, organizações sociais e diversos atores nos territórios.
  - Implementar sistemas estaduais de MRV para a tomada de decisões sobre o uso da terra, mudanças no uso da terra e estimativas de carbono, bem como desenvolver plataformas que vinculem informações e dados geoespaciais para análise, consulta e tomada de decisões sobre projetos, ações e políticas públicas rurais.

    US$ 5.520.000 em um período de 3 anos[56].

- **Finanças, investimento e setor privado**
  - Identificar e acessar diversos mecanismos de financiamento para implementar projetos de REDD+.
  - Identificar e acessar modelos de pagamento por desempenho para apoiar estratégias e projetos de produção sustentável que possam demonstrar resultados

    US$ 8.700.000 em um período de 3 anos[57].

- **Governo e políticas públicas**
  - Fortalecer os arranjos institucionais e de governança que facilitam a colaboração entre os setores e a implementação de políticas públicas relevantes para a conservação das florestas.

    US$ 1.719.000 em um período de 3 anos[58].

Parcerias importantes:

O estabelecimento de alianças e parcerias é essencial para desenvolver a organização e a infraestrutura necessárias para acompanhar e monitorar o progresso, mobilizar os recursos necessários para preencher lacunas e responder a novas oportunidades, além de superar barreiras e resolver problemas.

Nesse sentido, os processos de planejamento que a Força-Tarefa do GCF promoveu permitiram apresentar a visão, as linhas estratégicas e o trabalho dos Estados para que alianças e financiamentos flexíveis e oportunos possam ser estabelecidos para traduzir os compromissos em ações efetivas contra as mudanças climáticas, para proteger as florestas tropicais e melhorar os meios de subsistência das pessoas.

---

55 Distribuição para pessoas e comunidades: Campeche - US$ 1.000.000; Chiapas - US$ 1.274.000; Jalisco - US$ 1.600.000; Oaxaca - US$ 1.126.000; Quintana Roo - US$ 1.000.000; Tabasco - US$ 1.000.000; e Yucatán - US$ 1.000.000.

56 Detalhamento para conhecimento, tecnologia e inovação: Campeche - US$ 1.000.000; Chiapas - US$ 1.250.000; Jalisco - US$ 500.000; Oaxaca - US$ 200.000; Quintana Roo - US$ 1.000.000; Tabasco - US$ 570.000; e Yucatán - US$ 1.000.000.

57 Detalhamento para Finanças, Investimento e Setor Privado: Campeche - US$ 900.000; Chiapas - US$ 1.600.000; Jalisco - US$ 1.000.000; Oaxaca - US$ 1.600.000; Quintana Roo - US$ 1.000.000; Tabasco - US$ 1.000.000; e Yucatán - US$ 1.600.000.

58 Detalhamento para Governo e Políticas Públicas: Campeche - USD 300.000; Chiapas - USD 174.000; Jalisco - USD 170.000; Oaxaca - USD 111.000; Quintana Roo - USD 120.000; Tabasco - USD 122.000; e Yucatán - USD 722.000.

Campeche

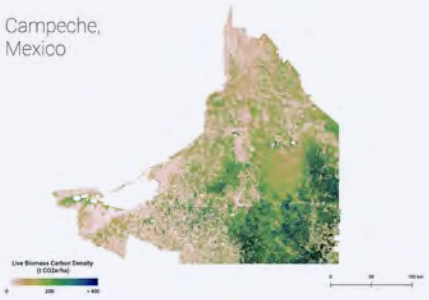
ÁREA TOTAL (KM2)
57,484.9 [59]

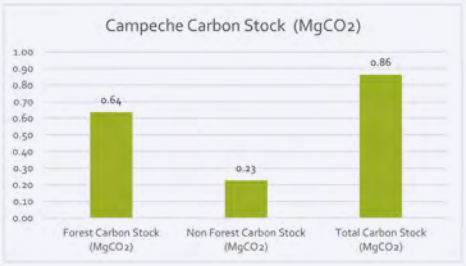
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
4,330,835.34 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
928,363 [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
25% / 75% [59]

MEMBRO DESDE
2010





Chiapas

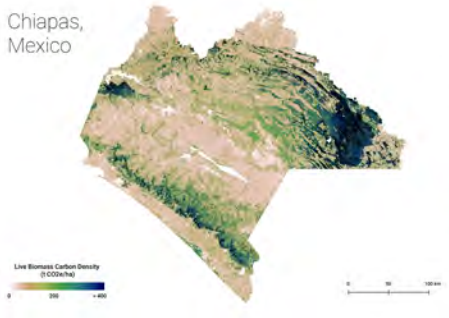
ÁREA TOTAL (KM2)
73,311.0 [59]

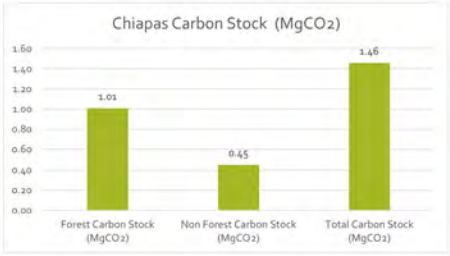
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
3,585,555.07 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
5,543,828 (2020) [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
51% / 49% (2020) [59]

MEMBRO DESDE
2011





59 Comissão Nacional Florestal (CONAFOR), DataBosques https://databosques.cnf.gob.mx/inicio/

60 Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)- Inventario Nacional Forestal y de Suelos (INFyS) 2015-2020 https://www.inegi.org.mx/

Jalisco

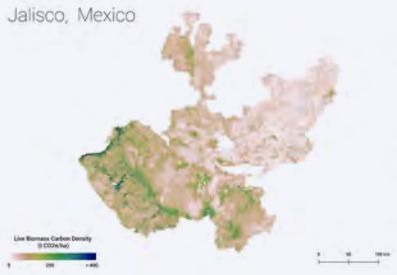
ÁREA TOTAL (KM2)
78,595.9 [59]

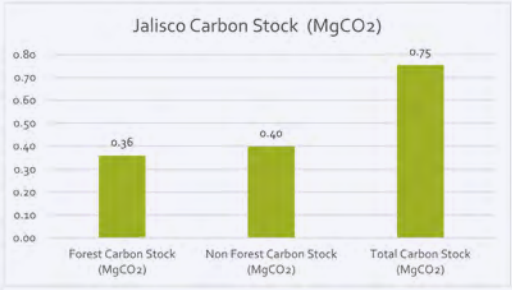
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES):
4,546,511.5 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
8,348,151 (2020) [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
12% / 88% (2020) [59]

MEMBRO DESDE
2015





"No Estado de Jalisco, a participação na Força-Tarefa do GCF tem sido fundamental no processo de preparação para REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e no financiamento de ações de implementação. Essas ações geraram uma sinergia colaborativa entre diferentes atores e influenciaram a elaboração de políticas públicas que abordam as causas do desmatamento."

SERGIO GRAF
ex-secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial, Jalisco, México

Crédito: Pronatura Sur

Oaxaca

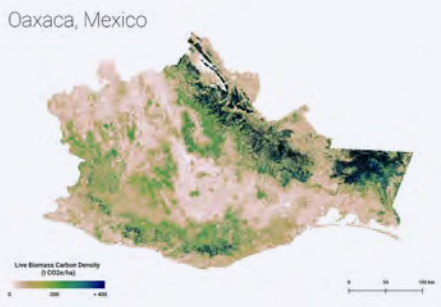
ÁREA TOTAL (KM2)
93,757.6 [59]

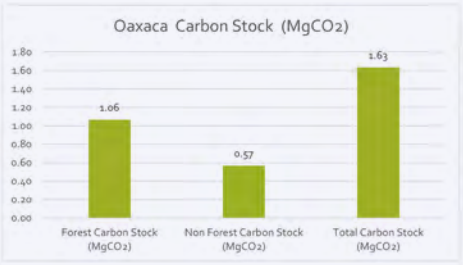
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
6’692,729.99 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
4’132,148 (2020) [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
51% / 49% (2020) [59]

MEMBRO DESDE
2017





Quintana Roo

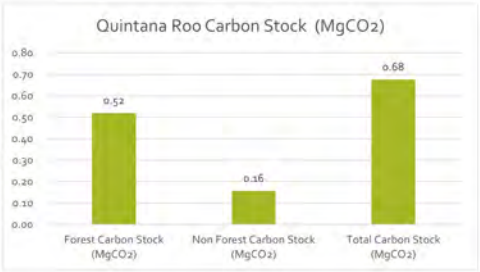
ÁREA TOTAL (KM2)
44,705.2 [59]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
3’877,252.91 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
1’857,985 [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
10% / 90% [59]

MEMBRO DESDE
2015



Tabasco

ÁREA TOTAL (KM2)
24,730.9 [59]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
817,154.13 [60]

POPULAÇÃO TOTAL
2'402,598 [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
41% / 59% [59]

MEMBRO DESDE
2016

Yucatan

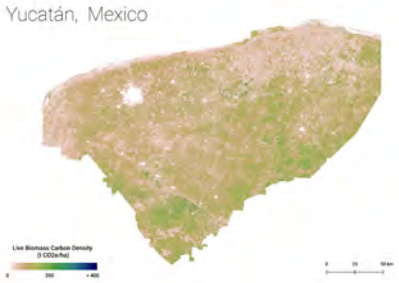
ÁREA TOTAL (KM2)
39,524.4 [48]

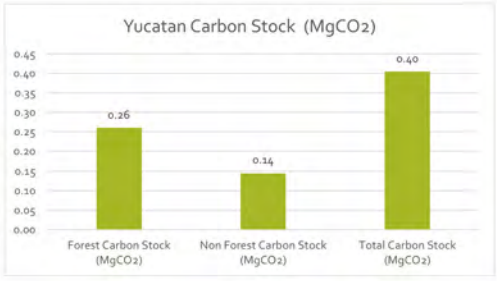
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
2,694,374.54 (2022) [60]

POPULAÇÃO TOTAL
2'320,898 [59]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
14% / 86% [59]

MEMBRO DESDE | 2016





"Trabalhar com a equipe da Força-Tarefa do GCF desde o início da minha administração... tem sido importante para criar alianças e unir esforços para a conservação da Floresta Maia. A Força-Tarefa do GCF teve um impacto positivo no uso sustentável dos recursos para nossas comunidades, onde pudemos implementar várias estratégias e programas do meu governo."

MAURICIO VILA DOSAL
Governador, Estado de Yucatan

Nigéria

JURISDICTION
Cross River

"Faz parte da filosofia do GCF garantir que as comunidades produtoras de florestas explorem a floresta de uma forma que a floresta possa permanecer lá para elas. Vejo a paixão, vejo a energia, vejo o entusiasmo do GCF. Vejo comprometimento no GCF."

BEN AYADE
ex-governador, estado de Cross River, Nigéria

Estado de Cross River

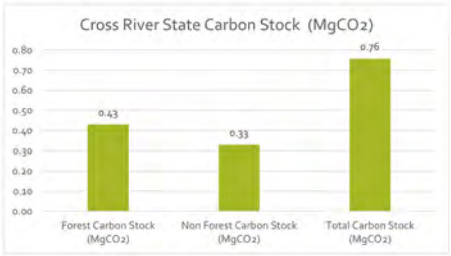
ÁREA TOTAL (KM2) | 20,156

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES) | 642,195 (2014) [61]

POPULAÇÃO TOTAL
4,406,204 (2022 projected) [62]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
46.5% / 53.5% (2022) [63]

MEMBRO DESDE | 2010



Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza (ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões)

O Carbon Disclosure Project (CDP) reporta[64] que o estado de Cross River abriga mais de 50% das florestas remanescente da Nigéria, incluindo grandes áreas de floresta tropical alta, floresta montanhosa, savanas e pântanos de água salgada. É considerado um dos 25 hotspots de biodiversidade do mundo, com importantes manguezais, peixes-boi, hipopótamos, muitas espécies de pássaros e 23 espécies de primatas, incluindo importantes populações de chimpanzés e gorilas de Cross River. Ao mesmo tempo, a região enfrenta taxas crescentes de desmatamento, devido principalmente à extração ilegal de madeira, à agricultura expansiva, à colheita insustentável de lenha, à exploração de petróleo e minerais e ao desenvolvimento de infraestrutura.

As principais ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção do desenvolvimento de baixas emissões identificadas pelo governo do estado de Cross River são

- Agricultura extensiva e sobrepastoreio.[65] O desmatamento de terras para a agricultura é responsável por mais de 80% da área florestal total desmatada todos os anos. Isso ocorre principalmente por meio da agricultura de corte e queima.
- O aumento do crescimento populacional e o desenvolvimento da infraestrutura estão impulsionando a demanda por recursos como alimentos e combustível e resultando na perda de habitat e no desmatamento para a produção de alimentos, lenha e extração ilegal de madeira e produtos florestais não madeireiros.
- Os incêndios florestais sem controle são considerados a principal causa da perda de florestas. A devastação do ecossistema florestal não é documentada em sua maior parte, pois faltam dados para quantificar totalmente o esgotamento anual dos recursos florestais por meio de incêndios florestais sem controle

61 Estratégia REDD+ do Estado de Cross River - Programa REDD da ONU. https://www.un-redd.org/sites/default/files/2021-10/CRS%20REDD%2B%20Strategy%20FINAL%202%20MB%20%28722175%29.pdf\

62 Sasu, D. D. (2023, 6 de setembro). Nigeria: Population forecast 2025-2050. Statista. T https://www.statista.com/statistics/1122955/forecast-population-in-nigeria/#:~:text=In%202022%2C%20Nigeria's%20population%20was,million%20people%20compared%20to%202022.

63 Nigéria; dados abertos do Banco Mundial. https://data.worldbank.org/country/NG

64 Estado de Cross River: Climate Action Through Forest Protection (Ação climática por meio da proteção florestal). CDP. (n.d.). https://www.cdp.net/en/articles/states-and-regions/cross-river-state-climate-action-through-forest-protection

65 Política Florestal Validada do Estado de Cross River 2019. DP. https://policycommons.net/artifacts/3832139/cross-river-state-validated-forest-policy-2019/4638076/

Principais Oportunidades de Financiamento / Apoio Necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF em Cross River:

Desde 2017, o Estado de Cross River identificou várias intervenções e apoio necessários para melhorar sua governança florestal e os esforços de implementação de políticas florestais e atingir suas metas florestais e climáticas de médio (2017-2025) e longo prazo (2017-2030). Essas oportunidades são extraídas da Estratégia REDD+ do Estado de Cross River (compilada em conjunto com a UN-REDD) (2017), da Política Florestal Validada (2019) e do estudo de caso do CDP chamado Cross River State: Ação climática por meio da proteção florestal. Os valores específicos de financiamento serão incluídos à medida que forem disponibilizados. Essas oportunidades incluem:

- **Pessoas e comunidades**
  - Apoiar os Programas de Manejo Florestal com Base na Comunidade, que oferecem treinamento sobre opções de subsistência, como a criação de hortas caseiras, agrofloresta, apicultura, criação de caracóis e cultivo de vegetais comestíveis, como espinafre. Esses programas também incluíram o mapeamento do uso da terra florestal para o gerenciamento adequado da terra e dos recursos florestais. Um programa REDD+ comunitário de longa duração incluiu incentivos para a restauração de mangues, bem como treinamento em ferramentas para o cultivo mais sustentável de cacau e mandioca.
  - Apoiar o programa de Gestão Sustentável de Madeira Combustível (SFM): O estado de Cross River fez uma parceria com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como com grupos de agricultores e comunidades locais, para desenvolver capacidades em agrossilvicultura, gerenciamento do uso da terra, plantio de árvores de crescimento rápido específicas para lenha e produção agrícola.
- **Conhecimento, tecnologia e inovação**
  - Apoiar programas de agricultura climática inteligente e agrossilvicultura que aumentem a área e a produtividade (intensificação) de terras não florestais já cultivadas com alimentos permanentes de pequena escala e culturas comerciais, para reduzir a expansão da agricultura itinerante.
  - Apoiar ferramentas de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso em direção às metas de desmatamento e clima, por meio de ferramentas de sensoriamento remoto, sistemas de certificação e bancos de dados de rastreamento.
- **Finanças, investimento e setor privado**
  - Apoiar o desenvolvimento de novos fluxos de receita, como programas regionais de pagamento por serviços de ecossistema, mercados de carbono, comercialização de produtos florestais não madeireiros e ecoturismo associados aos esforços de manejo florestal, a fim de reduzir a pressão sobre as florestas para a extração ilegal de madeira (ou para suspender as proibições das atividades madeireiras atuais).
  - Desenvolver e fortalecer os mecanismos de rastreamento para a conformidade do setor privado com as políticas de desenvolvimento sustentável e conservação no estado de Cross River, em particular com relação às salvaguardas ambientais.
- **Governo e políticas públicas**
  - Fortalecer a capacidade e os recursos que auxiliam nos mecanismos de fiscalização contra a extração ilegal de madeira e outras práticas ilegais de uso da terra, inclusive em reservas florestais, florestas comunitárias e áreas protegidas.
  - o Fortalecer as relações institucionais (dentro do governo e com os participantes relevantes), a eficiência, a transparência, a responsabilidade e o profissionalismo na governança florestal.

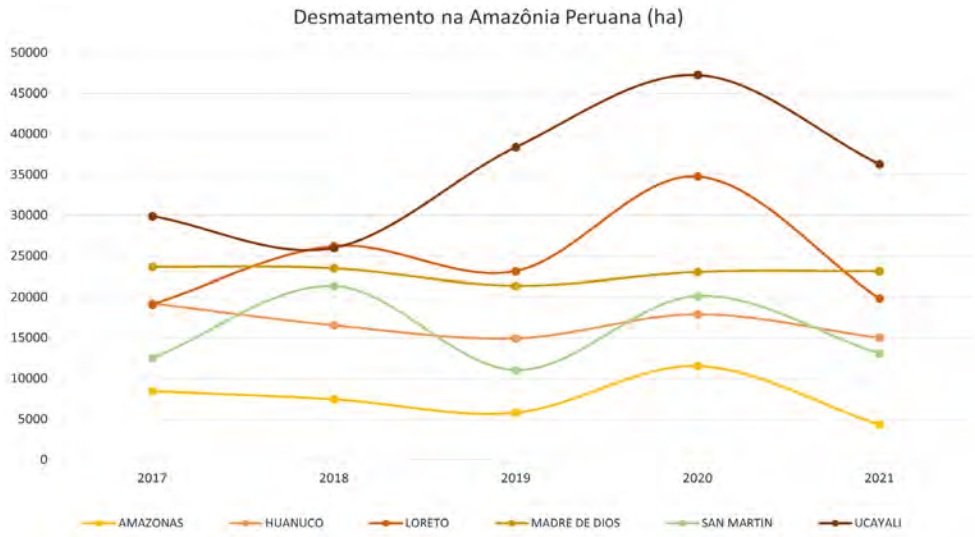
Parcerias importantes:

Entre outros, os parceiros do estado de Cross River fazem parte de várias redes, como Regions4, Under2Coalition, GCF Task Force, Global Environment Facility, várias agências das Nações Unidas, como o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Programa UN-REDD), a Organização para Alimentação e Agricultura e o Alto Comissariado de Refugiados, o Forest Carbon Partnership Facility do Banco Mundial, várias organizações sem fins lucrativos, como a Wildlife Conservation Society, ministérios e agências do governo nacional e organizações comunitárias locais e rurais.

Crédito: Shiraz Chakera

Peru

JURISDIÇÕES:
Amazonas, Huánuco, Loreto, Madre de Díos, San Martin, Ucayali



Dados do Ministério do Meio Ambiente, disponíveis na plataforma Geobosques. Elaboração pelo GCF TF.

Ameaças e desafios à conservação das florestas e à promoção de meios de subsistência e redução da pobreza ou promoção do desenvolvimento com baixas emissões

- Em 2021, a Floresta Amazônica peruana registrou um total de 67 milhões de hectares de cobertura florestal, enquanto a perda de florestas úmidas nas 6 regiões amazônicas que compõem a Força-Tarefa do GCF no Peru atingiu 111.732 hectares, representando uma perda de 27,80% em comparação com a perda florestal relatada em 2020 para essas regiões. O crescimento do desmatamento em 2020 foi o maior das últimas duas décadas no Peru e está diretamente ligado à pandemia de Covid-19; enquanto em 2021 as taxas de desmatamento foram reduzidas em comparação com 2020 em todas as regiões, exceto Madre de Dios, com um ligeiro aumento. O aumento do garimpo em jurisdições como Amazonas e Madre de Díos é preocupante.
- A extração e comercialização ilegal de madeira aumentaram na Amazônia peruana, especialmente em Loreto, Madre de Dios e Ucayali. Essa atividade ilegal está ligada a outros crimes, como corrupção, falsificação de documentos, crime organizado e lavagem de dinheiro.
- O narcotráfico representa outra ameaça para o Peru devido à expansão do cultivo de coca em territórios florestais. As áreas rurais, como a tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia, estão em uma situação de vulnerabilidade e empobrecimento. Essa atividade ilegal também está ligada à ocupação ilegal de terras, ao tráfico de animais selvagens e às violações dos direitos humanos. As ações do Estado para a substituição de culturas como uma ação para coibir as culturas ilegais também exigem o apoio do braço armado do Estado por meio do Ministério do Interior e do Ministério da Defesa para sua intervenção com a polícia e as forças armadas na proteção das comunidades indígenas vulneráveis ao crime organizado.

Principais oportunidades de financiamento / apoio necessário aos Estados da Força-Tarefa do GCF no Peru:

- Pessoas e comunidades

  As principais organizações de povos indígenas e comunicades locais PICL em nível nacional - Aidesep, Anecap e Conap - compõem o Grupo PICL do Peru, trabalhando em coordenação com a Força-Tarefa do GCF para o desenvolvimento de atividades e disseminação de informações sobre os Povos Indígenas. O Grupo de Povos Indígenas do Peru divulga seu trabalho por meio da estratégia Indígena de REDD+ da Amazônia, fortalecendo as capacidades e o conhecimento dos líderes indígenas em aspectos técnicos, políticos e de REDD+, e incorporando uma visão de longo prazo que respeita a autonomia dos povos indígenas. Na região de Loreto, o objetivo é promover a produção de Shiringa na recuperação de áreas produtivas com a participação de comunidades nativas, para as quais se estima um custo de implementação de US$2 milhões em dois anos. É necessário trabalhar no uso de lodaçais em áreas adjacentes a rios com potencial para cultivos agrícolas, fortalecer a liderança das comunidades nativas por meio da vigilância florestal e reduzir o desmatamento migratório, com um custo de implementação aproximado de US$ 4 milhões e um período de implementação de 2 anos.

  No Amazonas, a necessidade de fortalecer a governança territorial foi identificada na Unidade de Desenvolvimento Territorial Awajum Wampis, na província de Condorcanqui, a fim de erradicar atividades ilegais (mineração ilegal, tráfico ilegal de madeira e tráfico de drogas), que aumentam a insegurança e a integridade dos líderes. Defensores ambientais indígenas. Essa intervenção está projetada para durar aproximadamente 2 anos, a um custo de 2 milhões de dólares.

- Conhecimento, tecnologia e inovação

  Em outubro de 2023, a Força-Tarefa do GCF organizou um workshop sobre bioenegócios com parceiros de governos subnacionais, do setor privado e da sociedade civil, que elaborou um roteiro para o bionegócios no país. Os objetivos deste roteiro são desenvolver um curso de diploma de um ano sobre biocomércio e biocomércio para fortalecer as capacidades técnicas das equipes nas regiões. Buscando melhorar as boas práticas de produção e implementar novas técnicas e tecnologias na região de San Martin, uma das prioridades identificadas é o desenvolvimento do "Programa RIE" para implementar práticas produtivas usando irrigação tecnificada com uma abordagem de agricultura de baixo carbono e considerando salvaguardas, articulação com a estratégia de desenvolvimento rural de baixa emissão e construção de um sistema de monitoramento projetado para 10 anos nas parcelas de pequenos produtores que cumprem o compromisso de produção de baixa emissão. Estima-se que a implementação desse programa custará aproximadamente US$6,6 milhões, com um período de implementação de 3 anos. Além disso, no Amazonas, é necessário investir na melhoria da gestão territorial na jurisdição por meio da implementação de sistemas de monitoramento para garantir a gestão sustentável dos recursos da biodiversidade - 3 anos - 4 milhões de dólares.

Finanças, investimento e setor privado

Para implementar projetos em colaboração com a sociedade civil e a cooperação internacional, e para melhorar os processos produtivos nas diferentes cadeias sustentáveis identificadas na Amazônia, organizações parceiras, como a WWF e a TFA, implementaram um projeto de pecuária em Madre de Dios. De acordo com a experiência desenvolvida em Madre de Dios, a região de Huánuco identificou a necessidade de implementar esse modelo de pecuária regenerativa, para o qual estima um investimento de US$2 milhões em um período de implementação de dois anos. Para implementar o piloto de bioeconomia, um investimento de US$6 milhões em um período de 3 anos em cada região, com a expectativa de atingir até 3 regiões.

Para aumentar o lucro das cadeias de valor da produção de frutas (limão, abacaxi e laranja) em 10 províncias da região de San Marin, seria necessário um investimento de US$4,2 milhões para fortalecer vários negócios.

Governo e políticas públicas

A Força-Tarefa do GCF apoiou a Comunidade Regional da Amazônia e outros atores da sociedade civil a se reunirem e discutirem os fluxos de trabalho prioritários na região amazônica, decidindo sobre a criação de grupos temáticos para catalisar as atividades e os objetivos dos governos regionais na Amazônia peruana:

- Cadeias de produção competitivas e sustentáveis
- Turismo de natureza
- Conectividade sustentável da Amazônia
- Povos indígenas e alocação de direitos
- Governança e fortalecimento institucional
- Atividades ilegais e acesso à justiça
- Biocomércio e economia circular

Parcerias importantes:

No Peru, a Força-Tarefa do GCF trabalha em parceria com a Comunidade Regional Amazônica (MRA), compartilhando a visão de 2050 para alcançar o desenvolvimento sustentável na Amazônia com uma abordagem competitiva e equitativa, com atenção especial à população rural e aos povos indígenas. A rede também faz parceria com organizações que trabalham para o desenvolvimento produtivo e sustentável da Amazônia, incluindo a Tropical Forest Alliance e o WWF Peru na cadeia de valor da pecuária regenerativa, o Earth Innovation Institute em Loreto, San Martin e Ucayali em projetos como o Amazonia Connect para promover a produção agrícola de baixo carbono em palma (Ucayali) e cacau (San Martin).

Tecnologia e inovação são transversais, assim como os temas de povos indígenas e comunidades tradicionais

Amazonas

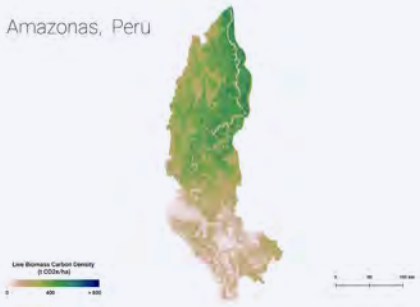
ÁREA TOTAL (MIL KM2)
39.22 [66]

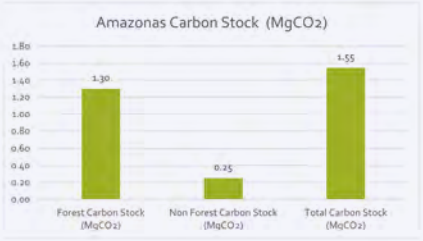
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
2,814,385.57 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
379384 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
58% / 42% [66]

MEMBRO DESDE
2015





Huanuco

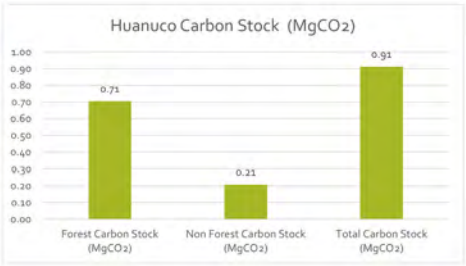
ÁREA TOTAL (MIL KM2):
37.3 [66]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
1,513,103.54 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
721,047 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
48% / 52% [66]

MEMBRO DESDE
2016



66 Instituto Nacional de Estatística e Informática - inei. INEI - Plataforma do Estado Peruano. (n.d.). https://www.gob.pe/inei

67 Plataforma de monitoramento de mudanças sobre a cobertura dos bosques. Geobosques. (n.d.-a) https://geobosques.minam.gob.pe/geobosque/view/index.php

Loreto

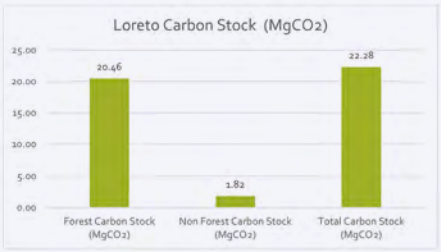
ÁREA TOTAL (MIL KM2):
368.8 [66]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES):
34,990,024.23 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
883,510 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
31% / 69% [66]

MEMBRO DESDE
2014



Madre de Dios

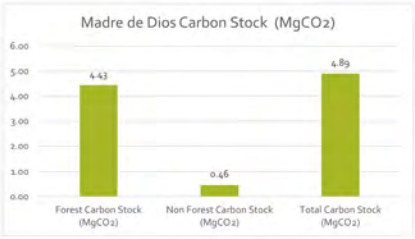
ÁREA TOTAL (MIL KM2)
85.3 [66]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
7,861,327.02 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
141,070 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
17% / 83% [66]

MEMBRO DESDE
2012



Piura

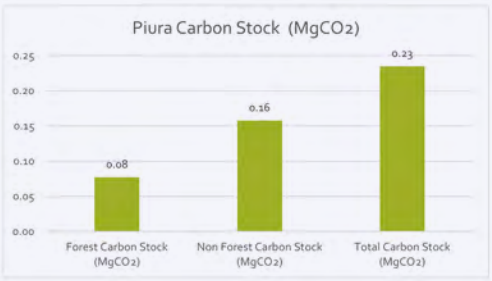
ÁREA TOTAL (MIL KM2)
35.7 [66]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
41,397.56 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
384,976 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
21% / 79% [66]

MEMBRO DESDE
2016



San Martin

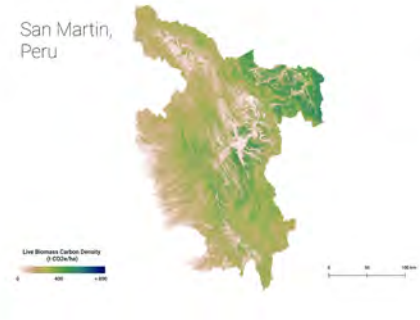
ÁREA TOTAL (MIL KM2)
51.33 [66]

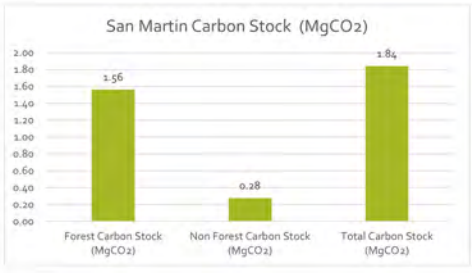
COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
3,313,356.56 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
813.381 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
32% / 68% [66]

MEMBRO DESDE
2014





"Não pode haver dúvida de que a acção positiva a nível subnacional ajuda a criar uma espiral ascendente que envolve e repercute nos governos nacionais."

REI CHARLES III

Parte de um discurso proferido por Sua Majestade o Rei Carlos III (como Sua Alteza Real o Príncipe de Gales) na Cimeira Global dos Governadores sobre o Clima 3, em Novembro de 2010.

Ucayali

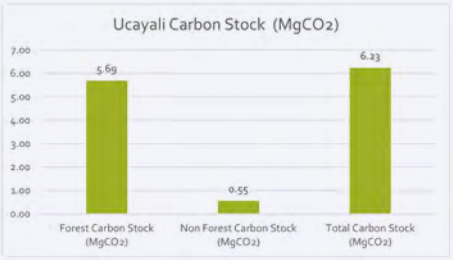
ÁREA TOTAL (MIL KM2)
102.2 [66]

COBERTURA FLORESTAL TOTAL (HECTARES)
9,251,129.58 [67]

POPULAÇÃO TOTAL
496,459 [66]

POPULAÇÃO RURAL/URBANA
19% / 81% [66]

MEMBRO DESDE
2014



Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

Colaboração através de fronteiras

Em uma era definida por maior conscientização ambiental e interdependência global, a colaboração transfronteiriça tornou-se fundamental para enfrentar os desafios ambientais que transcendem as fronteiras estaduais e nacionais. Essa colaboração abrange uma ampla gama de atividades, desde operações conjuntas para combater a mineração ilegal, a extração de madeira e os crimes ambientais até a aplicação de medidas de controle de fronteiras e a regulamentação de mercados internacionais para produtos ambientalmente sensíveis. A natureza complexa dessas questões exige uma abordagem interdisciplinar que combine a experiência de vários setores, incluindo a aplicação da lei, a ciência ambiental, a regulamentação do comércio e a diplomacia.

À medida que a Força-Tarefa do GCF continua a desenvolver oportunidades para aumentar a colaboração transfronteiriça, somos apresentados a importantes lições extraídas de experiências práticas no campo. Essas lições destacam a necessidade de colaboração intergovernamental, as possíveis aplicações de tecnologias de ponta e a implementação de estruturas legais robustas para combater efetivamente as atividades ilegais. Cada uma das listas específicas de cada país abaixo destaca as necessidades materiais para promover a cooperação entre estados e nações, já que os desafios ambientais costumam ser vastos e intrincados demais para que um estado, província ou país possa enfrentar de forma independente. A avaliação de maneiras de atender a essas necessidades nos ajudará a desenvolver planos de implementação transfronteiriços que contribuirão para a criação de um mundo mais sustentável, interconectado e ecologicamente responsável.

Crédito: Secretariado Global da Força Tarefa do GCF

BOLÍVIA

Na Bolívia, nossas jurisdições membros listaram as seguintes áreas de necessidade de colaboração:

- Estabelecer plataformas internacionais para evitar o tráfico e o comércio de produtos provenientes ilegalmente de áreas protegidas, como madeira, comércio de biodiversidade de animais e produtos alimentícios (Castanha, Açaí, Almendra Chiquitana) e outras trocas de recursos bioeconômicos.
- Planos de ação internacionais de resposta rápida para populações vulneráveis a secas, inundações, incêndios florestais, atividades ilegais e crime organizado para os estados que fazem fronteira com a Bolívia (Brasil, Peru, Paraguai).
- Planos de cooperação internacional para bacias hidrográficas e abastecimento de água, bem como proteção da biodiversidade, como corredores de vida selvagem para onças-pintadas e outras espécies.
- Aumentar a troca de experiências e a transferência de conhecimento entre os membros da Força-Tarefa do GCF.

BRASIL

No Brasil, observamos uma necessidade premente de cooperação transfronteiriça, especialmente no âmbito do Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Espera-se que essa colaboração envolva várias ações importantes, a saber

- Desenvolvimento de protocolos de inspeção unificados: A criação de protocolos de inspeção padronizados que possam ser aplicados uniformemente além das fronteiras estaduais é fundamental para melhorar a proteção ambiental e o gerenciamento de recursos na região amazônica.
- Monitoramento conjunto integrado: O estabelecimento de esforços conjuntos e integrados de monitoramento em áreas críticas e ao longo das fronteiras interestaduais ajudará a enfrentar os desafios ambientais de forma mais eficaz e a garantir a conformidade com as regulamentações.
- Unidade Regional de Inteligência Territorial: É essencial criar uma unidade regional de inteligência territorial dedicada ao combate de atividades ilícitas. Essa unidade reuniria e analisaria informações para prevenir e tratar de questões como mineração ilegal, extração de madeira e outros crimes ambientais.
- Alinhamento das estruturas jurídicas estaduais: O alinhamento das estruturas jurídicas estaduais para facilitar ações integradas é necessário para uma cooperação transfronteiriça eficiente e para a aplicação das leis ambientais.
- Coordenação com outros níveis de governo: A coordenação eficaz com outros níveis de governo, incluindo autoridades locais e federais, é essencial para garantir uma abordagem abrangente e harmonizada para enfrentar os desafios ambientais.
- Ações de combate integradas: A implementação de ações integradas de combate, incluindo esforços policiais regionais e o estabelecimento de bases interestaduais estratégicas, desempenhará um papel fundamental no combate a atos ilícitos e na preservação dos recursos naturais da região amazônica.
- Essas medidas visam, coletivamente, fortalecer a cooperação transfronteiriça e abordar os desafios complexos e multifacetados enfrentados pela região da Amazônia Legal.

COLÔMBIA

Na Colômbia, as principais áreas de necessidade de maior cooperação transfronteiriça incluem:

- Fortalecimento das trocas comerciais decorrentes da atividade de manejo florestal sustentável entre os países amazônicos fronteiriços.
- Intercâmbios de troca de conhecimento para fortalecer os sistemas de produção e as cadeias de suprimentos.

ECUADOR

A Plataforma Amazônica para Florestas, Clima e Bem-Estar Humano é um acordo de colaboração entre as seis províncias da Amazônia equatoriana e a Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia do Equador (CONFENIAE, que consiste em 11 nacionalidades indígenas) para conservar e fornecer meios de subsistência sustentáveis para os povos indígenas da Amazônia equatoriana. Na primeira fase desse pacto, as três províncias que fazem parte da Força-Tarefa do GCF, Pastaza, Zamora Chinchipe e Morona Santiago, comprometeram-se a gerenciar e proteger efetivamente 11 milhões de acres de floresta contínua, formando o maior corredor biológico de floresta contínua no Equador e sequestrando cerca de 2,3 bilhões de toneladas de carbono.

As áreas protegidas provinciais de Morona Santiago, Pastaza e Zamora Chinchipe foram criadas e estão sendo gerenciadas para refletir a cosmovisão indígena e o conhecimento ecológico ancestral e as práticas de gestão. O zoneamento territorial e as prioridades de gestão das nacionalidades indígenas estão sendo integrados aos planos de gestão de áreas protegidas, o que não tem precedentes no Equador.

Em Morona Santiago, a região enfrenta um problema com o contrabando de combustível e a extração indiscriminada de madeira no cantão de Tiwintza, na fron

teira com o Peru, e poderia se beneficiar de um melhor controle de fronteira e de estratégias de defesa. Para Pastaza, o fortalecimento da iniciativa da Plataforma Amazônica alavancaria os resultados ambientais e os meios de subsistência nos países fronteiriços. Isso deve ser implementado em coordenação com a identificação e a promoção da implementação de projetos regionais de conservação da Amazônia, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Em Zamora Chinchipe, as necessidades transfronteiriças mais prementes são a gestão integrada das bacias hidrográficas binacionais, a delimitação ou a solução dos problemas de fronteira (Advocacia Nacional), o fortalecimento dos controles do tráfico de armas, drogas, combustível e madeira e a promoção de intercâmbios culturais entre povos e nacionalidades.

INDONÉSIA

Os membros da Força-Tarefa do GCF na Indonésia estão localizados em três ilhas principais: uma província membro em Sumatra, quatro em Kalimantan e duas em Papua. A existência de áreas florestais limítrofes exige a colaboração entre as províncias membros. Um exemplo notável é a Declaração de Manokwari, na terra de Papua, lançada em 2018 entre os governos da província de Papua e da província de Papua Ocidental. Ela destaca um compromisso conjunto de apoiar a conservação da biodiversidade e do ecossistema por meio do desenvolvimento de políticas e programas de apoio, do avanço da pesquisa e do ecoturismo.

MÉXICO

O México foi um dos primeiros países a começar a preparar uma visão de REDD+, uma estratégia nacional de REDD+ e uma proposta de pagamento por desempenho que foi submetida ao Forest Carbon Partnership Facility (FCPF). Em 2008, o México apresentou uma nota conceitual de projeto (R-PIN) ao FCPF. Esse projeto foi proposto em cinco estados que cobrem 21% da área florestal do México, onde ocorrem as maiores taxas de desmatamento e degradação: Campeche, Chiapas, Jalisco, Quintana Roo e Yucatan (cinco dos sete membros da Força-Tarefa do GCF). No final de 2018, o FCPF autorizou o México a avançar nas negociações do estágio do Acordo de Pagamento de Redução de Emissões (ERPA), para poder começar a implementar o projeto apresentado. Isso permitiria testar um modelo de intervenção baseado na gestão integrada do território para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, um modelo de desempenho de pagamento e um modelo de compartilhamento de benefícios entre as partes interessadas locais nas regiões onde esses resultados foram gerados. Infelizmente, e apesar do progresso, em março de 2020 a nova administração do Governo Federal informou ao FCPF que havia tomado a decisão de não assinar o ERPA devido à falta de condições.

Essa mudança na direção dos esforços de REDD+ no país foi inesperada e ocorreu em um momento em que os orçamentos das instituições do setor ambiental do México atingiram mínimos históricos em meio à pandemia da COVID-19, complicando ainda mais as possibilidades de financiamento das ações planejadas que eram necessárias para reduzir o desmatamento e a degradação florestal.

Nesse sentido, para os membros da Força-Tarefa do GCF no México, era estratégico fortalecer a colaboração transfronteiriça no México, buscar mecanismos que permitissem aproveitar o progresso alcançado e avançar para uma nova fase, encontrar novas oportunidades para continuar criando capacidades e identificar o orçamento necessário para enfrentar um desafio de tal magnitude. Desde a construção da visão de REDD+ e das estratégias dos Estados, a Força-Tarefa do GCF tem desempenhado um papel fundamental entre seus membros. Os sete Estados veem na Força-Tarefa do GCF um aliado que tem contribuído para forjar a união entre eles, gerando uma plataforma robusta que lhes permite se conectar com atores em diferentes níveis, tornar-se uma referência e ter uma liderança reconhecida em áreas importantes no país e se posicionar em áreas estratégicas em nível internacional.

PERU

A mineração ilegal no Peru afeta a Amazônia, vinculando-a a outros crimes, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, roubo de terras, assassinatos por contrato, entre outros[68]. Entre as regiões amazônicas afetadas pela mineração ilegal no Peru estão Loreto, Amazonas, San Martín, Huánuco, Ucayali e Madre de Dios, sendo esta última a região mais afetada. Além disso, como se trata principalmente de mineração aluvial, essa atividade afeta 22 rios [69]. Entre os esforços do estado para reduzir o impacto da mineração ilegal está a implementação do "Plano de Restauração" em áreas identificadas de Puno, Cusco e Madre de Dios. No entanto, esses esforços são insuficientes, considerando os relatos de mineração ilegal generalizada nas regiões..

O tráfico de drogas também representa uma atividade ilegal que afeta as comunidades nativas, que não têm recursos suficientes para coibir essas atividades em seus territórios. Na Amazônia, entre as regiões afetadas estão San Martin, Ucayali e Madre de Dios, com mortes ligadas a essa atividade ilegal de líderes de povos indígenas relatadas nos últimos 3 anos. Por sua vez, o governo nacional implementa um plano de substituição de culturas para conter o cultivo de coca; no entanto, esses esforços não são suficientes, pois o Peru em 2021 continuou a ser o segundo maior produtor de coca internacionalmente [70].

Agradecemos aos nossos antigos e atuais apoiadores e parceiros técnicos

A Iniciativa Internacional Norueguesa para o Clima e Florestas (NICFI), a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Instituto Emmett sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente da Faculdade de Direito da UCLA, Instituto de Meio Ambiente e Sustentabilidade da UCLA (IoES), Instituto de Ciências Comportamentais da Universidade do Colorado em Boulder (IBS), Centro Getches-Wilkinson da Faculdade de Direito da Universidade do Colorado, Fundação Gordon e Betty Moore, Fundação Packard, Fundação Climateworks, Climate and Land Use Alliance (CLUA), Rockefeller Brothers Fund, Andes Amazon Fund (AAF), UK Pact, GIZ, Global Environment Facility (GEF), The Climate Group, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Earth Innovation Institute (EII), Pronatura Sur, Mecanismos de Desarrollo Alternos (MDA), Yayasan Bumi Eka Lestari (BATARI), Naturaleza y Cultura Internacional (NCI), Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Fundación Natura Bolivia, Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR-ICRAF), Carbon Disclosure Project (CDP), CTrees, AlianzaMX, Forest Trends, Fundo de Defesa Ambiental (EDF), The Nature Conservancy (TNC), União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), Conservação Internacional (CI), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Samdhana, Fundação Amazonas Sustentável (FAS), BVRio , Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Instituto Penelitian Inovasi Bumi (INOBU), Kemitraan, Tropical Forest Alliance (TFA), Flora and Fauna International, World Wide Fund for Nature (WWF), Sustainable Trade Initiative (IDH) , Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e muitos outros.

68 Proyecto Prevenir - Agência dos EUA para o desenvolvimento internacional. (n.d.). https://www.usaid.gov/sites/default/files/2022-05/Prevent-FS-Spanish-Aug_2021.pdf

69 "Un pueblo flotando": La Minería ilegal crece en el río puré y afecta a los pueblos aislados - FCDS - fundación para la conservación y el desarrollo colombia. FCDS. (2022, 18 de novembro). https://fcds.org.co/prensa/un-pueblo-flotando-la-mineria-ilegal-crece-en-el-rio-pure-y-afecta-a-los-pueblos-aislados/

70 DEVIDA - Comissão Nacional para o Desenvolvimento e a Vida sem Drogas. (n.d.). Superficie cultivada com arbusto de hoja de coca monitorada em 2021. SISCOD - Sistema de Informação de Luta Contra as Drogas. https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/3633678/Anexo%20RPE%20N°%20134-2022-DV-PE.pdf.pdf

GCF
task force

www.gcftf.org